Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026 - COLIC/SCG/SECONT/SEEC

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE/GERENCIADOR: SEEC/DF

CÓDIGO UASG: 974002

OBJETO: Registro de Preços a fim de possibilitar a **futura aquisição de material elétrico e eletrônico (cabo elétrico, disjuntor, interruptor, tomada, soquete, dentre outros similares)**, para atender às necessidades dos diversos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do Distrito Federal, conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I do Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 17/08/2026 às 9h30.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA: aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

ESTIMATIVA GERAL: PÚBLICO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 5.477.834,00 (cinco milhões, quatrocentos e setenta e sete mil oitocentos e trinta e quatro reais)

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.gov.br/compras

Sumário

1. DO OBJETO 1
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 2
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO 4
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 6
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .. 7
8. DA FASE DE JULGAMENTO 8
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO 9
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA 11
12. DOS RECURSOS 12
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 13
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 14
15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE..... 15
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 16

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL - SEEC/DF

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

PROCESSO Nº: 04044-00030857/2025-47

Torna-se público que a **Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC/DF**, por meio da **Subsecretaria de Compras Governamentais - SCG**, sediada na Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Ala Leste, Sala 504, CEP.: 70.075-900-Brasília-DF, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços a fim de possibilitar a futura aquisição de material elétrico e eletrônico (cabo elétrico, disjuntor, interruptor, tomada, soquete, dentre outros similares) , mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), para atender às necessidades dos diversos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, de acordo com o art. 210, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, e o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

1.4. Após a convocação pela Administração, o licitante vencedor deverá assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 dias úteis, nos termos do art. 90 Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei.

1.4.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

1.5. O instrumento de contrato poderá ser substituído pela nota de empenho de despesa, ou outro instrumento hábil, quando se tratar de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, conforme prevê o art. 95, inciso II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

2.1.1.1. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

2.1.1.2. Realizar o procedimento licitatório;

2.1.1.3. Gerenciar a ata de registro de preços;

2.1.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

2.1.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e

2.1.1.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

2.1.1.7. Autorizar a solicitação de adesão às atas de registro de preços sob sua gestão.

2.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado.(Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.2.1. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens/executar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei. (§ 5º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.2.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item anterior, a SEEC-DF poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação. (§ 7º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com preços iguais aos do licitante vencedor, visando à formação de Cadastro Reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do Decreto Distrital 44.330/2023. (§4º e Inciso I, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3.1. Se houver mais de um licitante no Cadastro Reserva, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva do certame. (Inciso II, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3.2. habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente. (Inciso III, §4º Art. 198 Decreto - DF 44.330/2023)

2.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023.

2.4.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. (Art. 199 Decreto-DF 44.330/2023)

2.4.2. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data- base vinculada à data do orçamento estimado (§7º do art. 25 da Lei 14.133/21), pelo índice do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016 apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.

2.5. A assinatura da Ata se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI-GDF, ou na impossibilidade deste, por outro meio a ser definido pela SEEC-DF.

2.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições. (Art. 200 Decreto-DF 44.330/2023)

2.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos de que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos. (Art. 201 do Decreto-DF44.330/2023).

2.9. Deverão ser observadas as demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Anexo V deste EDITAL, especialmente no que se refere às hipóteses de cancelamento do registro e alteração dos preços registrados.

2.10. **DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

2.10.1. As aquisições ou contratações adicionais em razão das adesões da ata de registro de preço não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

2.10.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item ou lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br/.

3.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

3.6.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

3.6.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.7. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011, a administração pública:

3.7.4. Deverá destinar exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos casos em que o valor estimado do(s) item(ns) seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), quando justificadamente estabelecida pela área técnica demandante, de forma que no Termo de Referência constam os itens que estão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

3.7.5. Poderá estabelecer nas licitações para aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível cota de até **25 %** (vinte e cinco por cento) destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, no caso de item(ns) cujo o valor estimado seja superior R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), quando justificadamente estabelecida pela área técnica demandante de forma que no Termo de Referência constam os itens que estão reservados à cota, no percentual de até 25%, destinada às microempresas e empresas de pequeno porte.

3.8. Durante a realização da sessão pública, caso a empresa classificada com o melhor preço para o subitem preferencial não esteja enquadrada como ME/EPP, proceder-se-á sua desclassificação e o chamamento da ME/EPP mais bem classificada e assim, sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda integralmente as exigências editalícias;

3.8.1. Caso o item de participação preferencial de ME/EPP reste deserto ou não haja microempresa ou empresa de pequeno porte declarada vencedora, será facultado ao licitante melhor colocado do item de ampla concorrência, a assumir o quantitativo da cota reservada;

3.8.2. A aplicação da cota reservada não poderá ensejar a contratação por preço superior ao que for contratado no subitem da licitação destinada ao mercado geral, em concordância com o §3°, do Art. 26 da Lei Distrital nº 4.611 de 2011.

3.9. **Não poderão disputar esta licitação:**

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. sociedades cooperativas;

3.9.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de licitar e contratar com o Distrito Federal, em decorrência de sanção que lhe foi imposta (Parecer 160/2019 - PGDF);

3.9.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.13. Não poderá participar, direta ou indiretamente, de licitação, contratação ou execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, agente público de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.9.14. A vedação do subitem 3.9.10 aplica-se para as condições de Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independentemente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação no capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019).

3.9.15. A vedação do subitem 3.9.10 aplica-se aos executores de contrato que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas.

3.9.16. A vedação do subitem 3.9.10 aplica-se ao agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título.

3.9.17. Empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;

3.9.17.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

3.9.18. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital.

3.9.19. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);

3.9.20. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de agente público (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):

3.9.20.2. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou

3.9.20.3. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).

3.9.21. A vedação de que trata o item 3.9.14. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.

3.9.22. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).

3.9.23. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação.(Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

3.9.24. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

3.9.25. Pessoa física.

3.10. O impedimento de que trata o item 3.9.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.5 e 3.9.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.9.5 e 3.9.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.9.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.7. A falsidade da declaração de que tratam os itens 5.3 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

5.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. quantidade cotada, respeitado o quantitativo máximo previsto para cada item;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias,** a contar da data de sua apresentação.

6.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas.

6.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e/ou pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.10. **A forma física da proposta a ser inserida no sistema deverá conter:**

a) nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, e-mail, números do CNPJ;

b) apresentar o preço unitário e total de cada item ofertado, em moeda corrente nacional, constante do Termo de Referência, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

c) conter a indicação de todas as **características dos produtos cotados, com especificações claras e detalhadas, de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Anexo I deste Edital**, de forma completa, em moeda corrente nacional, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, tais como: quantidade de pessoal alocado na execução do contrato, materiais, equipamentos, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, transporte, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados, de acordo com o modelo de proposta constante do Anexo II deste Edital;

d) as especificações detalhadas, de forma a demonstrar que atendem às especificações do objeto constantes deste edital;

e) prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias,** a contar da data de sua apresentação;

f) conter prazo de **entrega não superior a 15 dias úteis**, contados a partir da data de ciência formal da Contratada, caracterizada pelo recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento;

g) conter a indicação da marca e modelo do produto ofertado para o item cotado;

h) conter garantia conforme estabelecido no item 6.3 do Anexo I deste edital (Termo de Referência);

i) apresentar declaração de que entregará o(s) equipamento(s) e/ou peças comprovadamente novo(s) e sem uso, uma vez que não serão aceitos materiais/equipamento(s) ou peça(s) recondicionado(s);

j) apresentar, junto à proposta, **prospectos ou catálogo original do fabricante ou, alternativamente, cópia de página oficial do fabricante na internet com os produtos ofertados**, sendo que estes deverão estar descritos na proposta da concorrente de forma clara e precisa contendo: marca, modelo e demais especificações técnicas suficientes para julgamentos coerentes entre si (catálogo original e propostas);

k) a vistoria não é obrigatória, facultando ao licitante optar por declarar que se abstém de realizá-la assumindo completa responsabilidade pelos imprevistos e problemas decorrentes do desconhecimento da realidade da Secretária SEEC, em razão de sua não realização; **(conforme o caso)**

l) declaração de que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019, conforme modelo constante do Anexo VI deste edital;

m) em relação às microempresas e as empresas de pequeno porte, declaração de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima administrativa para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo utiliza o modelo do Anexo VII deste edital.

n) declaração de Sustentabilidade ambiental, conforme modelo constante do Anexo VIII deste edital;

o) declaração de Ciência e Responsabilidade, conforme modelo constante do Anexo IX deste edital;

6.11. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. Embora a proposta seja cadastrada com valores unitários por item, os lances deverão ser ofertados pelo valor total do grupo.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$0,10 (dez centavos).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. O procedimento adotado para o envio de lances no pregão eletrônico será o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término do prazo estabelecido no subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 35.592, de 2014.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015.

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20.1.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle..

7.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2.2. empresas brasileiras;

7.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.22.2. a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.3. a negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.4. o resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.5. o pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.6. é facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep); e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (tcu.gov.br).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço e/ou aquisição ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

9.2.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

9.3. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

9.4. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

9.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

9.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por arquivo de mídia em PDF.

9.8.1. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Ala Leste, Sala 504, CEP.: 70.075-900-Brasília-DF.

9.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.10. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.11. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.13. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

9.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de duas horas,** prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.16. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.17. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.16.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **duas horas**, para:

9.17.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.17.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.17.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.18. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficacia para fins de habilitação e classificação.

9.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.15.1.

9.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.8.1. Em caso de prorrogação da ata, ***poderá*** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 205 e art. 206 do Decreto nº 44.330/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://portalsei.df.gov.br/.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.3 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do **Governo do Distrito Federal**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço **pregoeirosulog09@economia.df.gov.br.**

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.

15.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.

15.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.4. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;

15.3.5. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no Termo de Referência a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;

15.3.6. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;

15.3.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;

15.3.8. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

15.3.9. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, improrrogável e não sujeito a repactuação e, regra geral, também descabendo reajustamento;

15.3.10. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/01/2026, pela utilização do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

15.3.11. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

15.3.12. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. A SEEC/DF poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.10. A anulação do pregão induz à do contrato.

16.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

16.12. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.

16.13. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, que: **(conforme o caso)**

I - incentive a violência;

II - seja discriminatório contra a mulher, assim entendidos quaisquer conteúdos que diminuam, mesmo que de forma indireta, metafórica ou por analogias, a capacidade laborativa, intelectual ou qualquer outra esfera de vida da mulher;

III - incentive a violência contra a mulher, seja por apologia a quaisquer tipos de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou ainda violência sexuais, institucionais, ou qualquer violência fundada na condição de mulher;

IV - exponha a mulher a constrangimento ou incentive ou explore o corpo da mulher de forma objetificada;

V - seja homofóbico, racista e sexista;

VI - incentive a violência contra as mulheres de povos e comunidades tradicionais, negras, indígenas, ciganas, quilombos, transexuais, travestis e transgênero; por orientação sexual e de gênero e por crença;

VII - represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade.

16.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

16.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 46.174/2024.

16.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

16.16.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

16.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

16.18. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.

16.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico gov.br/compras.

16.21. Integram este **Edital**, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.21.1. **ANEXO I - Termo de Referência/Projeto Básico**

16.21.2. **ANEXO II - Modelo de Proposta**

16.21.3. **ANEXO III - Modelo de Termo de Contrato**

16.21.4. **ANEXO IV - Modelo de Declaração de Atestado de Vistoria ou de Abstenção de Vistoria**

16.21.5. **ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços**

16.21.6. **ANEXO VI - Modelo Declaração para os fins do Decreto nº 39.860/2019**

16.21.7. **ANEXO VII - Modelo de Declaração dos Benefícios de ME EPP**

16.21.8. **ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Responsabilidade Ambiental**

16.21.9. **ANEXO IX - Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade**

ANEXO I

Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC

PROCESSO Nº 04044-00030857/2025-47

	Governo do Distrito Federal Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal Coordenação de Gestão de Suprimentos Diretoria de Consolidação de Compras Centralizadas	

Termo de Referência n.º 32/2026 - SEEC/SECONT/SCG/COSUP/DICOC

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n.º 04044-00030857/2025-47

1. **DAS CONDIÇÕES GERAIS DA AQUISIÇÃO**

1.1. **Do Objeto**

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços a fim de possibilitar a **futura aquisição de material elétrico e eletrônico (cabo elétrico, disjuntor, interruptor, tomada, soquete, dentre outros similares)**, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), para atender às necessidades dos diversos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do Distrito Federal, conforme condições e especificações constantes deste instrumento.

1.1.2. Os objetos a serem ofertados deverão observar as especificações e quantidades constantes da tabela abaixo:

GRUPO 01 - ***LICITAÇÃO EXCLUSIVA***								
ITEM	**CÓDIGO BR**	**CÓDIGO PCA**	**CÓDIGO ITEM**	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNITÁRIO ESTIMADO**	**VALOR TOTAL ESTIMADO**
1	433501	41665	3.3.90.30.26.111.0244	ADAPTADOR PARA TOMADA, Descrição: confeccionado em material termoplástico, permite a conexão de equipamentos com plugues bipolares e tripolares do padrão antigo (com corrente de 10A e 20A) a tomadas no novo padrão brasileiro do tipo 2P+T 10A/250V.	Unidade	2060	R$ 6,80	R$ 14.008,00
2	390231	41666	3.3.90.30.26.111.0245	BENJAMIM, Descrição: régua de tomada compacta, formato em T, confeccionado em material termoplástico, com uma entrada e três tomadas de saídas, todas no novo padrão brasileiro do tipo 2P+T 10A/250V, destinado à conexão de múltiplos eletroeletrônicos simultaneamente.	Unidade	2162	R$ 3,16	R$ 6.831,92
3	269209	41667	3.3.90.30.26.111.0246	CONJUNTO DE PLUG E RÉGUA DE TOMADA, Descrição: confeccionado em material termoplástico, composto por um plugue tipo macho, para tomadas do novo padrão brasileiro 2P+T 10A/250V, e uma régua de tomadas com, no mínimo, 3 entradas do tipo 2P+T, capaz de suportar corrente nominal de 10A e 20A, destinado à montagem de extensões elétricas versáteis.	Conjunto	2026	R$ 17,62	R$ 35.698,12
4	269209	41668	3.3.90.30.26.111.0247	CONJUNTO DE PLUG PARA TOMADA, Descrição: confeccionado em material termoplástico, composto de um plug tipo macho padrão 2P+T e um plug tipo fêmea 2P+T, ambos com corrente de 10A, tensão de até 250V, destinado à montagem de extensões elétricas versáteis.	Conjunto	1648	R$ 5,90	R$ 9.723,20
5	419520	11161	3.3.90.30.26.111.0248	PLUG PARA TOMADA, Descrição: tipo fêmea 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, confeccionado em material termoplástico, destinado à montagem de extensões elétricas.	Unidade	1418	R$ 2,56	R$ 3.630,08

6	373711	11159	3.3.90.30.26.111.0249	PLUG PARA TOMADA, Descrição: tipo macho 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, confeccionado em material termoplástico, destinado à montagem de extensões elétricas.	Unidade	1407	R$ 3,58	R$ 5.037,06
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO 01								**R$ 74.928,38**
GRUPO 02 - ***COTA PRINCIPAL* **								
ITEM	**CÓDIGO BR**	**CÓDIGO PCA**	**CÓDIGO ITEM**	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNITÁRIO ESTIMADO**	**VALOR TOTAL ESTIMADO**
7	343185	41669	3.3.90.30.26.111.0250	CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo paralelo, revestimento com capa plástica antichama, 2 condutores, seção nominal de 2x2,5mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m.	Rolo	309	R$ 334,63	R$ 103.400,67
8	335468	41670	3.3.90.30.26.111.0251	CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo paralelo, revestimento com capa plástica antichama, 2 condutores, seção nominal de 2x4mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m.	Rolo	363	R$ 563,06	R$ 204.390,78
9	329243	41671	3.3.90.30.26.111.0252	CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo PP, revestimento com capa plástica antichama, 2 condutores, seção nominal de 2x1,5mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m.	Rolo	334	R$ 300,00	R$ 100.200,00
10	343185	41672	3.3.90.30.26.111.0253	CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo PP, revestimento com capa plástica antichama, 2 condutores, seção nominal de 2x2,5mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m.	Rolo	400	R$ 351,00	R$ 140.400,00
11	415720	41673	3.3.90.30.26.111.0254	CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo PP, revestimento com capa plástica antichama, 3 condutores, seção nominal de 3x2,5mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m.	Rolo	400	R$ 642,00	R$ 256.800,00
12	336154	41674	3.3.90.30.26.111.0255	CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo PP, revestimento com capa plástica antichama, 4 condutores, seção nominal de 4x4mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m.	Rolo	327	R$ 1.522,57	R$ 497.880,39

13	441202	41675	3.3.90.30.26.111.0256	CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo PP, revestimento com capa plástica antichama, 4 condutores, seção nominal de 4x6mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m.	Rolo	337	R$ 2.139,76	R$ 721.099,12
14	366318	41676	3.3.90.30.26.111.0257	CABO DE COBRE NU, Descrição: para aterramento, sem revestimento, constituído por condutor de cobre eletrolítico nu, com pureza mínima de 99,9%; composto por 7 fios sólidos, diâmetro individual de 2,06 mm, seção nominal de 25 mm². Unidade de fornecimento: rolo com 10m.	Rolo	256	R$ 159,67	R$ 40.875,52
15	330948	17859	3.3.90.30.26.111.0258	HASTE DE ATERRAMENTO, Descrição: núcleo em aço-carbono, revestimento em cobre eletrolítico, com pureza mínima de 99,9%, diâmetro de 5/8" (16mm), com conector. Unidade de fornecimento: barra com 3m.	Barra	370	R$ 34,46	R$ 12.750,20
16	386778	11220	3.3.90.30.26.111.0259	FIO SÓLIDO DE COBRE, Descrição: tipo rígido, revestimento com capa plástica antichama, seção nominal de 2,5mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m.	Rolo	305	R$ 208,25	R$ 63.516,25
17	224592	11218	3.3.90.30.26.111.0260	FIO SÓLIDO DE COBRE, Descrição: de tipo rígido, revestimento com capa plástica antichama, seção nominal de 4mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m.	Rolo	248	R$ 402,48	R$ 99.815,04
18	224593	11222	3.3.90.30.26.111.0261	FIO SÓLIDO DE COBRE, Descrição: tipo rígido, revestimento com capa plástica antichama, seção nominal de 6mm², cor a escolher, Unidade de fornecimento: rolo com 100m.	Rolo	258	R$ 454,98	R$ 117.384,84
				VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO 02				**R$ 2.358.512,81**

GRUPO 03 - ***COTA RESERVADA***

ITEM	CÓDIGO BR	CÓDIGO PCA	CÓDIGO ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
19	343185	41669	3.3.90.30.26.111.0250	CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo paralelo, revestimento com capa plástica antichama, 2 condutores, seção nominal de 2x2,5mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m.	Rolo	102	R$ 334,63	R$ 34.132,26
20	335468	41670	3.3.90.30.26.111.0251	CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo paralelo,	Rolo	121	R$ 563,06	R$ 68.130,26

				revestimento com capa plástica antichama, 2 condutores, seção nominal de 2x4mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m.				
21	329243	41671	3.3.90.30.26.111.0252	CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo PP, revestimento com capa plástica antichama, 2 condutores, seção nominal de 2x1,5mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m.	Rolo	111	R$ 300,00	R$ 33.300,00
22	343185	41672	3.3.90.30.26.111.0253	CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo PP, revestimento com capa plástica antichama, 2 condutores, seção nominal de 2x2,5mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m.	Rolo	133	R$ 351,00	R$ 46.683,00
23	415720	41673	3.3.90.30.26.111.0254	CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo PP, revestimento com capa plástica antichama, 3 condutores, seção nominal de 3x2,5mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m.	Rolo	133	R$ 642,00	R$ 85.386,00
24	336154	41674	3.3.90.30.26.111.0255	CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo PP, revestimento com capa plástica antichama, 4 condutores, seção nominal de 4x4mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m.	Rolo	108	R$ 1.522,57	R$ 164.437,56
25	441202	41675	3.3.90.30.26.111.0256	CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo PP, revestimento com capa plástica antichama, 4 condutores, seção nominal de 4x6mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m.	Rolo	112	R$ 2.139,76	R$ 239.653,12
26	366318	41676	3.3.90.30.26.111.0257	CABO DE COBRE NU, Descrição: para aterramento, sem revestimento, constituído por condutor de cobre eletrolítico nu, com pureza mínima de 99,9%; composto por 7 fios sólidos, diâmetro individual de 2,06 mm, seção nominal de 25 mm². Unidade de fornecimento: rolo com 10m.	Rolo	85	R$ 159,67	R$ 13.571,95
27	330948	17859	3.3.90.30.26.111.0258	HASTE DE ATERRAMENTO, Descrição: núcleo em aço-carbono, revestimento em cobre eletrolítico, com pureza mínima de 99,9%, diâmetro de 5/8" (16mm), com conector. Unidade de fornecimento: barra com 3m.	Barra	123	R$ 34,46	R$ 4.238,58
28	386778	11220	3.3.90.30.26.111.0259	FIO SÓLIDO DE COBRE, Descrição: tipo rígido, revestimento com capa plástica antichama, seção nominal de 2,5mm², cor a	Rolo	101	R$ 208,25	R$ 21.033,25

				escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m.				
29	224592	11218	3.3.90.30.26.111.0260	FIO SÓLIDO DE COBRE, Descrição: de tipo rígido, revestimento com capa plástica antichama, seção nominal de 4mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m.	Rolo	82	R$ 402,48	R$ 33.003,36
30	224593	11222	3.3.90.30.26.111.0261	FIO SÓLIDO DE COBRE, Descrição: tipo rígido, revestimento com capa plástica antichama, seção nominal de 6mm², cor a escolher, Unidade de fornecimento: rolo com 100m.	Rolo	85	R$ 454,98	R$ 38.673,30
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO 03								**R$ 782.242,64**
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA OS GRUPOS 02 E 03								**R$ 3.140.755,45**
GRUPO 04 - ***COTA PRINCIPAL* **								
ITEM	**CÓDIGO BR**	**CÓDIGO PCA**	**CÓDIGO ITEM**	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNITÁRIO ESTIMADO**	**VALOR TOTAL ESTIMADO**
31	471769	41677	3.3.90.30.26.111.0262	CANALETA, Descrição: para passagem de fios, confeccionado em material termoplástico, lisa e fechada, para instalação aparente, com fita adesiva dupla face para fixação, medindo no mínimo 20mm largura x 20mm altura. Unidade de fornecimento: barra com comprimento mínimo de 2m.	Barra	2211	R$ 12,59	R$ 27.836,49
32	471769	11180	3.3.90.30.26.111.0263	CANALETA, Descrição: para passagem de fios, confeccionado em material termoplástico, lisa e fechada, com divisórias internas, para instalação aparente, com fita adesiva dupla face para fixação, medindo no mínimo 50mm de largura x 20mm de altura. Unidade de fornecimento: barra com comprimento mínimo de 2m.	Barra	2029	R$ 28,71	R$ 58.252,59
33	471769	11179	3.3.90.30.26.111.0264	CANALETA, Descrição: para passagem de fios, confeccionado em PVC rígido, lisa e fechada, para instalação aparente, medindo no mínimo 50mm largura x 35mm altura. Unidade de fornecimento: barra com comprimento mínimo de 2m.	Barra	1887	R$ 63,63	R$ 120.069,81
34	450065	41678	3.3.90.30.26.111.0265	DISJUNTOR UNIPOLAR, Descrição: padrão DIN, tensão de operação mínima de 230V, frequência 50/60Hz, com capacidade de interrupção adequada às normas	Unidade	1683	R$ 11,24	R$ 18.916,92

				técnicas aplicáveis (NBR/IEC), corrente nominal a ser definida conforme necessidade da Administração, disponível nas seguintes opções: 10A, 16A, 20A, 25A, 32A, 40A, 50A e 63A, destinado à proteção de circuitos elétricos de baixa tensão.				
35	450065	41679	3.3.90.30.26.111.0266	DISJUNTOR BIPOLAR, Descrição: padrão DIN, tensão de operação mínima de 400V, frequência 50/60Hz, com capacidade de interrupção adequada às normas técnicas aplicáveis (NBR/IEC), corrente nominal a ser definida conforme necessidade da Administração, disponível nas seguintes opções: 10A, 16A, 20A, 25A, 32A, 40A, 50A e 63A, destinado à proteção de circuitos elétricos bifásicos em instalações de entrada e distribuição de energia.	Unidade	707	R$ 24,13	R$ 17.059,91
36	450065	41680	3.3.90.30.26.111.0267	DISJUNTOR TRIPOLAR, Descrição: padrão DIN, tensão de operação mínima de 400V, frequência 50/60Hz, com capacidade de interrupção adequada às normas técnicas aplicáveis (NBR/IEC), corrente nominal a ser definida conforme necessidade da Administração, disponível nas seguintes opções: 16A, 20A, 25A, 32A, 40A, 50A, 63A e 100A, destinado à proteção de circuitos elétricos trifásicos em instalações de entrada e distribuição de energia.	Unidade	907	R$ 112,89	R$ 102.391,23
37	344948	41681	3.3.90.30.26.111.0268	FITA ADESIVA ISOLANTE, Descrição: confeccionada em PVC, com adesivo à base de resina de borracha, na cor preta, medidas mínimas de 18 mm de largura e 0,13mm de espessura, propriedade antichama, indicada para isolamento elétrico em fios e cabos, bem como para pequenos reparos em instalações elétricas. Unidade de fornecimento: rolo com comprimento mínimo de 10m.	Rolo	5379	R$ 2,66	R$ 14.308,14
38	422453	41682	3.3.90.30.26.111.0269	FUSÍVEL, Descrição: limitador de corrente de alta tensão, tipo HH, conforme norma DIN, capacidade de ruptura de 31,5 kA, tensão de 15/17,5, corrente nominal de acordo com a necessidade da Administração, disponível nas opções: 10A, 15A, 20A, 25A, 40A	Unidade	240	R$ 279,19	R$ 67.005,60

				e 63A, comprimento médio entre contatos de 325mm, destinado à proteção de equipamentos elétricos.				
39	445154	41683	3.3.90.30.26.111.0270	GUIA PASSA FIO, Descrição: confeccionada em alma de aço, com pontas metálicas arredondadas que evita o travamento em tubulações, com no mínimo de 3,6mm de diâmetro indicada para passagem de cabos e fios em tubulações. Unidade de fornecimento: rolo com no mínimo 30m de comprimento.	Rolo	285	R$ 27,00	R$ 7.695,00
40	350021	41684	3.3.90.30.26.111.0271	INTERRUPTOR DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 01 tecla simples, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	1271	R$ 4,37	R$ 5.554,27
41	350021	41685	3.3.90.30.26.111.0272	INTERRUPTOR DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 02 teclas simples, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	1085	R$ 7,56	R$ 8.202,60
42	350021	41686	3.3.90.30.26.111.0273	INTERRUPTOR DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 03 teclas simples, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	948	R$ 11,17	R$ 10.589,16
43	329859	41687	3.3.90.30.26.111.0274	INTERRUPTOR DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 01 tecla simples e 01 tomada tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	913	R$ 10,00	R$ 9.130,00
44	418691	41688	3.3.90.30.26.111.0275	INTERRUPTOR DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 02 teclas simples e 01 tomada tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	933	R$ 19,10	R$ 17.820,30
45	483582	41689	3.3.90.30.26.111.0276	INTERRUPTOR DE SOBREPOR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, com 01 tecla simples, corrente de 10A, tensão de até	Unidade	955	R$ 7,00	R$ 6.685,00

				250V, acompanha parafusos para fixação.				
46	212387	41690	3.3.90.30.26.111.0277	INTERRUPTOR DE SOBREPOR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, com 02 teclas simples, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	819	R$ 7,33	R$ 6.003,27
47	344876	41691	3.3.90.30.26.111.0278	INTERRUPTOR DE SOBREPOR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, com 01 tecla simples e 01 tomada tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	851	R$ 7,53	R$ 6.408,03
48	440982	41695	3.3.90.30.26.111.0279	TOMADA DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 01 tomada tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	1366	R$ 4,16	R$ 5.682,56
49	440982	41696	3.3.90.30.26.111.0280	TOMADA DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 02 tomadas tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	1380	R$ 11,66	R$ 16.090,80
50	440982	41697	3.3.90.30.26.111.0281	TOMADA DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 03 tomadas tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	1161	R$ 18,71	R$ 21.722,31
51	419521	11174	3.3.90.30.26.111.0282	TOMADA DE SOBREPOR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, com 01 tomada tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	1443	R$ 7,45	R$ 10.750,35
52	419521	14847	3.3.90.30.26.111.0283	TOMADA DE SOBREPOR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, com 02 tomadas tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	1323	R$ 13,30	R$ 17.595,90
53	426915	41700	3.3.90.30.26.111.0284	PLACA CEGA, Descrição: confeccionado em material termoplástico, formato padrão 4x2, cor branca, com suporte,	Unidade	962	R$ 3,85	R$ 3.703,70

				acompanha parafusos para fixação.				
54	285398	41701	3.3.90.30.26.111.0285	PLACA CEGA, Descrição: confeccionado em material termoplástico, formato padrão 4x4, cor branca, com suporte, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	708	R$ 5,99	R$ 4.240,92
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO 04								**R$ 583.714,86**
GRUPO 05 - ***COTA RESERVADA* **								
ITEM	**CÓDIGO BR**	**CÓDIGO PCA**	**CÓDIGO ITEM**	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNITÁRIO ESTIMADO**	**VALOR TOTAL ESTIMADO**
55	471769	41677	3.3.90.30.26.111.0262	CANALETA, Descrição: para passagem de fios, confeccionado em material termoplástico, lisa e fechada, para instalação aparente, com fita adesiva dupla face para fixação, medindo no mínimo 20mm largura x 20mm altura. Unidade de fornecimento: barra com comprimento mínimo de 2m.	Barra	736	R$ 12,59	R$ 9.266,24
56	471769	11180	3.3.90.30.26.111.0263	CANALETA, Descrição: para passagem de fios, confeccionado em material termoplástico, lisa e fechada, com divisórias internas, para instalação aparente, com fita adesiva dupla face para fixação, medindo no mínimo 50mm de largura x 20mm de altura. Unidade de fornecimento: barra com comprimento mínimo de 2m.	Barra	676	R$ 28,71	R$ 19.407,96
57	471769	11179	3.3.90.30.26.111.0264	CANALETA, Descrição: para passagem de fios, confeccionado em PVC rígido, lisa e fechada, para instalação aparente, medindo no mínimo 50mm largura x 35mm altura. Unidade de fornecimento: barra com comprimento mínimo de 2m.	Barra	629	R$ 63,63	R$ 40.023,27
58	450065	41678	3.3.90.30.26.111.0265	DISJUNTOR UNIPOLAR, Descrição: padrão DIN, tensão de operação mínima de 230V, frequência 50/60Hz, com capacidade de interrupção adequada às normas técnicas aplicáveis (NBR/IEC), corrente nominal a ser definida conforme necessidade da Administração, disponível nas seguintes opções: 10A, 16A, 20A, 25A, 32A, 40A, 50A e 63A, destinado à proteção de circuitos elétricos de baixa tensão.	Unidade	561	R$ 11,24	R$ 6.305,64

59	450065	41679	3.3.90.30.26.111.0266	DISJUNTOR BIPOLAR, Descrição: padrão DIN, tensão de operação mínima de 400V, frequência 50/60Hz, com capacidade de interrupção adequada às normas técnicas aplicáveis (NBR/IEC), corrente nominal a ser definida conforme necessidade da Administração, disponível nas seguintes opções: 10A, 16A, 20A, 25A, 32A, 40A, 50A e 63A, destinado à proteção de circuitos elétricos bifásicos em instalações de entrada e distribuição de energia.	Unidade	235	R$ 24,13	R$ 5.670,55
60	450065	41680	3.3.90.30.26.111.0267	DISJUNTOR TRIPOLAR, Descrição: padrão DIN, tensão de operação mínima de 400V, frequência 50/60Hz, com capacidade de interrupção adequada às normas técnicas aplicáveis (NBR/IEC), corrente nominal a ser definida conforme necessidade da Administração, disponível nas seguintes opções: 16A, 20A, 25A, 32A, 40A, 50A, 63A e 100A, destinado à proteção de circuitos elétricos trifásicos em instalações de entrada e distribuição de energia.	Unidade	302	R$ 112,89	R$ 34.092,78
61	344948	41681	3.3.90.30.26.111.0268	FITA ADESIVA ISOLANTE, Descrição: confeccionada em PVC, com adesivo à base de resina de borracha, na cor preta, medidas mínimas de 18 mm de largura e 0,13mm de espessura, propriedade antichama, indicada para isolamento elétrico em fios e cabos, bem como para pequenos reparos em instalações elétricas. Unidade de fornecimento: rolo com comprimento mínimo de 10m.	Rolo	1793	R$ 2,66	R$ 4.769,38
62	422453	41682	3.3.90.30.26.111.0269	FUSÍVEL, Descrição: limitador de corrente de alta tensão, tipo HH, conforme norma DIN, capacidade de ruptura de 31,5 kA, tensão de 15/17,5, corrente nominal de acordo com a necessidade da Administração, disponível nas opções: 10A, 15A, 20A, 25A, 40A e 63A, comprimento médio entre contatos de 325mm, destinado à proteção de equipamentos elétricos.	Unidade	79	R$ 279,19	R$ 22.056,01
63	445154	41683	3.3.90.30.26.111.0270	GUIA PASSA FIO, Descrição: confeccionada em alma de aço, com pontas metálicas arredondadas que evita o	Rolo	94	R$ 27,00	R$ 2.538,00

				travamento em tubulações, com no mínimo de 3,6mm de diâmetro indicada para passagem de cabos e fios em tubulações. Unidade de fornecimento: rolo com no mínimo 30m de comprimento.				
64	350021	41684	3.3.90.30.26.111.0271	INTERRUPTOR DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 01 tecla simples, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	423	R$ 4,37	R$ 1.848,51
65	350021	41685	3.3.90.30.26.111.0272	INTERRUPTOR DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 02 teclas simples, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	361	R$ 7,56	R$ 2.729,16
66	350021	41686	3.3.90.30.26.111.0273	INTERRUPTOR DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 03 teclas simples, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	316	R$ 11,17	R$ 3.529,72
67	329859	41687	3.3.90.30.26.111.0274	INTERRUPTOR DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 01 tecla simples e 01 tomada tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	304	R$ 10,00	R$ 3.040,00
68	418691	41688	3.3.90.30.26.111.0275	INTERRUPTOR DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 02 teclas simples e 01 tomada tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	311	R$ 19,10	R$ 5.940,10
69	483582	41689	3.3.90.30.26.111.0276	INTERRUPTOR DE SOBREPOR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, com 01 tecla simples, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	318	R$ 7,00	R$ 2.226,00
70	212387	41690	3.3.90.30.26.111.0277	INTERRUPTOR DE SOBREPOR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, com 02 teclas simples, corrente de 10A, tensão de até	Unidade	272	R$ 7,33	R$ 1.993,76

				250V, acompanha parafusos para fixação.				
71	344876	41691	3.3.90.30.26.111.0278	INTERRUPTOR DE SOBREPOR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, com 01 tecla simples e 01 tomada tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	283	R$ 7,53	R$ 2.130,99
72	440982	41695	3.3.90.30.26.111.0279	TOMADA DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 01 tomada tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	455	R$ 4,16	R$ 1.892,80
73	440982	41696	3.3.90.30.26.111.0280	TOMADA DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 02 tomadas tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	460	R$ 11,66	R$ 5.363,60
74	440982	41697	3.3.90.30.26.111.0281	TOMADA DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 03 tomadas tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	386	R$ 18,71	R$ 7.222,06
75	419521	11174	3.3.90.30.26.111.0282	TOMADA DE SOBREPOR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, com 01 tomada tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	481	R$ 7,45	R$ 3.583,45
76	419521	14847	3.3.90.30.26.111.0283	TOMADA DE SOBREPOR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, com 02 tomadas tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	441	R$ 13,30	R$ 5.865,30
77	426915	41700	3.3.90.30.26.111.0284	PLACA CEGA, Descrição: confeccionado em material termoplástico, formato padrão 4x2, cor branca, com suporte, acompanha parafusos para fixação.	Unidade	320	R$ 3,85	R$ 1.232,00
78	285398	41701	3.3.90.30.26.111.0285	PLACA CEGA, Descrição: confeccionado em material termoplástico, formato padrão 4x4, cor branca, com suporte,	Unidade	236	R$ 5,99	R$ 1.413,64

				acompanha parafusos para fixação.				
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO 05								**R$ 194.140,92**
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA OS GRUPOS 04 E 05								**R$ 777.855,78**

GRUPO 06 - ***COTA PRINCIPAL***

ITEM	CÓDIGO BR	CÓDIGO PCA	CÓDIGO ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
79	604125	17858	3.3.90.30.26.111.0286	MANGUEIRA DE LED, Descrição: tipo neon, alto brilho, à prova d'água, grau de proteção mínimo de IP67, 220V ou bivolt, vida útil mínima de 40.000 horas, cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com comprimento mínimo de 100m.	Rolo	263	R$ 534,50	R$ 140.573,50
80	320155	41705	3.3.90.30.26.111.0287	PILHA ALCALINA, Descrição: formato padrão AAA, tensão nominal mínima de 1,2V, isenta de metais pesados como mercúrio e cádmio. Unidade de Fornecimento: pacote com 2 unidades.	Pacote	42727	R$ 8,06	R$ 344.379,62
81	231790	41706	3.3.90.30.26.111.0288	PILHA ALCALINA, Descrição: formato padrão AA, tensão nominal mínima de 1,2V, isenta de metais pesados como mercúrio e cádmio. Unidade de Fornecimento: pacote com 2 unidades.	Pacote	59255	R$ 8,80	R$ 521.444,00
82	424039	11215	3.3.90.30.26.111.0289	PILHA RECARREGÁVEL, Descrição: tipo Ni-MH, formato padrão AAA, tensão nominal mínima de 1,2V, isenta de metais pesados como cádmio e mercúrio. Unidade de fornecimento: pacote com 02 unidades.	Pacote	2271	R$ 11,48	R$ 26.071,08
83	399399	41707	3.3.90.30.26.111.0290	CARREGADOR DE PILHA, Descrição: compatível com pilha recarregável no formato AA/AAA e bateria de 9V, com capacidade de, no mínimo, 04 pilhas, com indicador de carregamento, voltagem de 220V ou bivolt.	Unidade	648	R$ 75,88	R$ 49.170,24
84	339103	41708	3.3.90.30.26.111.0291	RELÊ FOTOELÉTRICO, Descrição: sensor automático para acionamento de lâmpadas em função da luminosidade do ambiente, liga ao anoitecer e desliga ao amanhecer; capacidade de carga de até 1000W, voltagem de 220V ou bivolt, grau de proteção mínimo de IP67, indicado para iluminação	Unidade	1029	R$ 19,93	R$ 20.507,97

				de prédios, fachadas, painéis e postes.				
85	402151	41709	3.3.90.30.26.111.0292	SOQUETE, Descrição: confeccionado em material termoplástico, tipo antivibratório, adequado para lâmpadas tubular com base G-13 e diâmetro de T8/T10, tensão nominal de até 250 V.	Unidade	2569	R$ 1,65	R$ 4.238,85
86	231145	11208	3.3.90.30.26.111.0293	SOQUETE, Descrição: confeccionado em material termoplástico, para lâmpadas com base E-27, tensão nominal de até 250V, equipado com rabicho para conexão elétrica.	Unidade	1604	R$ 2,59	R$ 4.154,36
87	368125	41710	3.3.90.30.26.111.0294	TERMINAL, Descrição: tipo olhal anel isolado, confeccionado em cobre eletrolítico estanhado, indicado para terminação de cabos e fios elétricos de seção nominal entre 4,0 mm² e 6,0 mm², com capa plástica de isolação para proteção da região de conexão entre condutor e terminal, garantindo melhor segurança e fixação.	Unidade	3815	R$ 0,79	R$ 3.013,85
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO 06								**R$ 1.113.553,47**
GRUPO 07 -*COTA RESERVADA*****								
ITEM	**CÓDIGO BR**	**CÓDIGO PCA**	**CÓDIGO ITEM**	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNITÁRIO ESTIMADO**	**VALOR TOTAL ESTIMADO**
88	604125	17858	3.3.90.30.26.111.0286	MANGUEIRA DE LED, Descrição: tipo neon, alto brilho, à prova d'água, grau de proteção mínimo de IP67, 220V ou bivolt, vida útil mínima de 40.000 horas, cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com comprimento mínimo de 100m.	Rolo	87	R$ 534,50	R$ 46.501,50
89	320155	41705	3.3.90.30.26.111.0287	PILHA ALCALINA, Descrição: formato padrão AAA, tensão nominal mínima de 1,2V, isenta de metais pesados como mercúrio e cádmio. Unidade de Fornecimento: pacote com 2 unidades.	Pacote	14242	R$ 8,06	R$ 114.790,52
90	231790	41706	3.3.90.30.26.111.0288	PILHA ALCALINA, Descrição: formato padrão AA, tensão nominal mínima de 1,2V, isenta de metais pesados como mercúrio e cádmio. Unidade de Fornecimento: pacote com 2 unidades.	Pacote	19751	R$ 8,80	R$ 173.808,80
91	424039	11215	3.3.90.30.26.111.0289	PILHA RECARREGÁVEL, Descrição: tipo Ni-MH, formato padrão AAA,	Pacote	757	R$ 11,48	R$ 8.690,36

				tensão nominal mínima de 1,2V, isenta de metais pesados como cádmio e mercúrio. Unidade de fornecimento: pacote com 02 unidades.				
92	399399	41707	3.3.90.30.26.111.0290	CARREGADOR DE PILHA, Descrição: compatível com pilha recarregável no formato AA/AAA e bateria de 9V, com capacidade de, no mínimo, 04 pilhas, com indicador de carregamento, voltagem de 220V ou bivolt.	Unidade	215	R$ 75,88	R$ 16.314,20
93	339103	41708	3.3.90.30.26.111.0291	RELÊ FOTOELÉTRICO, Descrição: sensor automático para acionamento de lâmpadas em função da luminosidade do ambiente, liga ao anoitecer e desliga ao amanhecer; capacidade de carga de até 1000W, voltagem de 220V ou bivolt, grau de proteção mínimo de IP67, indicado para iluminação de prédios, fachadas, painéis e postes.	Unidade	343	R$ 19,93	R$ 6.835,99
94	402151	41709	3.3.90.30.26.111.0292	SOQUETE, Descrição: confeccionado em material termoplástico, tipo antivibratório, adequado para lâmpadas tubular com base G-13 e diâmetro de T8/T10, tensão nominal de até 250 V.	Unidade	856	R$ 1,65	R$ 1.412,40
95	231145	11208	3.3.90.30.26.111.0293	SOQUETE, Descrição: confeccionado em material termoplástico, para lâmpadas com base E-27, tensão nominal de até 250V, equipado com rabicho para conexão elétrica.	Unidade	534	R$ 2,59	R$ 1.383,06
96	368125	41710	3.3.90.30.26.111.0294	TERMINAL, Descrição: tipo olhal anel isolado, confeccionado em cobre eletrolítico estanhado, indicado para terminação de cabos e fios elétricos de seção nominal entre 4,0 mm² e 6,0 mm², com capa plástica de isolação para proteção da região de conexão entre condutor e terminal, garantindo melhor segurança e fixação.	Unidade	1271	R$ 0,79	R$ 1.004,09
VALOR TOTAL ESTIMATIVO PARA O GRUPO 07								**R$ 370.740,92**
VALOR TOTAL ESTIMATIVO PARA OS GRUPOS 06 E 07								**R$ 1.484.294,39**
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO								**R$ 5.477.834,00**

1.2. **Da Natureza da Contratação**

1.2.1. Os bens da pretensa contratação são de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, conforme art. 20 da Lei Federal n.º 14.133, 1º de abril de 2021, e art. 73 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

1.2.2. Os materiais a serem adquiridos se enquadram como bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, conforme previsão no inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133, de 2021.

1.2.3. Os materiais se enquadram na natureza de despesa 3.3.90.30, material de consumo, conforme subelemento listado abaixo:

1.2.3.1. Grupo: 3.3.90.30.26 - Material elétrico e eletrônico.

1.2.4. Em razão da vedação contida no artigo 20 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e no art. 77 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, registra-se que os objetos desta contratação não se enquadram como bens de luxo, os quais foram definidos e caracterizados nos termos do art. 74, inciso I, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

1.3. **Do Contrato**

1.3.1. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, de acordo com o art. 210, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, e o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

1.3.1.1. Após a convocação pela Administração, o licitante vencedor deverá assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo **de até 5 (cinco) dias úteis**, nos termos do art. 90 Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei.

a) O prazo de convocação poderá ser **prorrogado 1 (uma) vez,** por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

1.3.1.2. O instrumento de contrato poderá ser substituído pela nota de empenho de despesa, ou outro instrumento hábil, quando se tratar de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente, de seu valor, conforme prevê o art. 95, inciso II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

a) Considera-se compra imediata aquela cuja entrega ocorre no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da emissão da ordem de fornecimento, conforme estabelecido no inciso X do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.3.1.3. No caso de formalização contratual, a **vigência será de 12 (doze) meses**, improrrogáveis, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais elétricos e eletrônicos, como cabos elétricos, disjuntores, interruptores, tomadas, soquetes, reatores e demais itens correlatos, destinados a suprir as demandas de manutenção, reparo e expansão das instalações elétricas dos diversos órgãos e entidades que integram a estrutura administrativa do Distrito Federal.

2.2. A contratação justifica-se pela necessidade regular de garantir a segurança, a eficiência energética e a operacionalidade das instalações elétricas em prédios públicos da administração distrital. A indisponibilidade desses materiais comprometeria a execução de serviços de manutenção predial e de infraestrutura, podendo ocasionar interrupções no fornecimento de energia, danos a equipamentos e riscos à integridade física de servidores e cidadãos.

2.3. A demanda é de natureza rotineira e recorrente, compondo o rol de insumos indispensáveis à manutenção predial, à infraestrutura elétrica e ao pleno funcionamento das unidades administrativas. A disponibilização adequada desses materiais é condição essencial para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços públicos prestados à população.

2.4. Ainda, a contratação mostra-se plenamente justificada pelo interesse público, pois visa garantir a segurança das instalações, a regularidade dos serviços essenciais, a proteção do patrimônio público e a eficiência no uso dos recursos governamentais. Dessa forma, atende aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, sustentabilidade e continuidade do serviço público, assegurando que os órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal possam desempenhar suas atividades de forma ininterrupta, segura e economicamente vantajosa para a sociedade.

2.5. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos estudos técnicos preliminares, em resumo:

2.5.1. A Secretaria de Estado de Economia (Seec), por intermédio da Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), exerce as funções de órgão central do Sistema de Registro de Preços, conforme art. 270, do Decreto n.º 44.330, de 16 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal n.º 14.133, de 1° de abril de 2021, objetivando centralizar as licitações de compras e serviços da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.

2.5.2. Assim, a fim de cumprir as atribuições propostas a esse órgão e suprir as solicitações dos diversos órgãos da estrutura administrativa do Distrito Federal, especialmente no tocante às demandas comuns, é primordial a elaboração de Atas de Registro de Preços (ARP), as quais possibilitam vultuoso ganho, quando considera a economia de escala.

2.5.3. Desta maneira, a finalidade é alcançada com eficiência, continuidade e economia nas unidades do Governo do Distrito Federal.

2.5.4. A demanda foi motivada pela Diretoria de Registro de Preços (Direp) em razão do prazo de vencimento da vigência das Atas de Registro de Preços (ARP) nº 200/2024, 201/2024, 202/2024, 203/2024, 207/2024, em 28/08/2025; nº 231/2024, 233/2024, 234/2024, 237/2024, 238/2024, em 30/08/2025; nº 296/2024, 297/2024, 299/2024, 302/2024, 303/2024, 304/2024, 305/2024, 308/2024, em 09/12/2025; nº 320/2024, 321/2024, 322/2024, 323/2024, 324/2024, 325/2024, 327/2024, 328/2024, 329/2024, 330/2024, em 10/12/2025.

2.5.5. Em seguida, aquela Diretoria, com a anuência da Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), deflagrou a Intenção de Registro de Preço do Distrito Federal **(IRPDF) n.º 80/2025**, para que os órgãos e entidades, interessados em participar do pretenso registro de preços, pudessem proceder com o levantamento de suas demandas, justificadas e autorizadas pelo Ordenador de Despesa da unidade demandante por meio do Sistema de Gestão de Atas de Registro de Preços (SGARP).

2.5.6. Dessa forma, fundamentada pela garantia de atendimento, a Direp, após análise das metodologias e justificativas para os itens e quantitativos solicitados por cada órgão participante da IRPDF, consolidou os quantitativos estimados, conforme o subitem 1.1.2. e anexo II, deste instrumento.

2.6. **Da Fundamentação Legal**

2.6.1. A contratação obedecerá ao disposto a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, regulamentado pelo Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de Março de 2023, e demais alterações posteriores, bem como demais normativos constantes no instrumento convocatório e seus anexos:

2.6.1.1. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990;

2.6.1.2. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

2.6.1.3. Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013;

2.6.1.4. Lei Orgânica do Distrito Federal;

2.6.1.5. Lei Distrital n.º 4.611, de 2011;

2.6.1.6. Lei Distrital n.º 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;

2.6.1.7. Lei Distrital n.º 5.061, de 2013;

2.6.1.8. Decreto Distrital n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010;

2.6.1.9. Decreto Distrital n.º 35.592, de 2014;

2.6.1.10. Decreto Distrital nº 39.860, de 30 de maio de 2019;

2.6.1.11. Decreto Distrital nº 46.174, de 22 de agosto de 2024;

2.6.1.12. Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751, de 2014;

2.6.1.13. Portaria n.º 135 - SEFAZ, de 26 de julho de 2016;

2.6.1.14. Portaria CGDF nº 356, de 29 de julho de 2019;

2.6.1.15. Parecer Referencial SEI-GDF n.º 59/2024 - PGDF/PGCONS.

2.7. **Do Princípio da Padronização**

2.7.1. Em relação ao princípio da padronização, disposto na Seção VI - Da Padronização do Decreto 44.330/23 e artigos 40 e 47 da Lei 14.133/21, e ainda em atendimento ao princípio da eficiência, uma vez que a padronização gera ganhos para a administração em termos de economicidade, esta Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (Seec/DF) mantém uma unidade de catalogação, a qual executa todas as catalogações de itens a serem contratados, em atendimento a Portaria n.º 135, de 26 de julho de 2016, que é utilizada para a classificação de despesas e catalogação de itens.

2.8. **Do Plano de Contratações Anual (PCA)**

2.8.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA), conforme exposto nos Estudos Técnicos Preliminares que, em resumo, destaca-se:

2.8.1.1. Os órgãos partícipes do pretenso certame declararam, informaram e justificaram, junto ao Sistema de Gestão de Atas (SGARP), sua metodologia quanto à compatibilidade dos itens requeridos com o Plano de Contratações Anual.

2.8.1.2. As informações apresentadas foram devidamente verificadas e estão demonstradas no Portal de Compras do Governo do Distrito Federal (*https://portal.compras.df.gov.br/catalogo/pacc*) e no Portal Nacional de Compras Públicas (*https://www.gov.br/pncp/pt-br*), em cumprimento ao inciso II, § 1º, art. 18, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

2.9. **Do Sistema TR Digital**

2.9.1. O proveito do **Sistema TR Digital,** ferramenta informatizada integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, conforme estipulado na Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, não foi realizado, uma vez que não está institucionalizado no âmbito do Governo do Distrito Federal (GDF).

2.10. **Da Minuta Padronizada**

2.10.1. Ainda, cabe ressaltar que foi utilizado como **minuta padronizada** para confecção do presente **Termo de Referência**, no que coube, o modelo para compras aprovado pela Advocacia-Geral da União, enquanto não sobrevenha o modelo a ser aplicado no âmbito do Distrito Federal, tendo em vista o permissivo do inciso III, art. 36, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

2.10.1.1. Ressalta-se que foram realizadas adaptações necessárias em atenção à realidade e às exigências do Distrito Federal, bem como ao objeto licitado, em consonância com o despacho da Procuradoria Geral do Distrito Federal constante do processo 00020-00026364/2018-82. Tais como: a adoção do procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preço (SRP) com acréscimo de todas as previsões legais pertinentes a esse procedimento (item 3., deste instrumento); as obrigações da Contratada e da Contratante (itens 6.4. e 6.5, respectivamente); a aplicação de margem de preferência visando a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em atendimento a Lei Distrital n.º 4.611, de 2011, e do Decreto Distrital n.º 35.592, de 2014 (item 9.3, deste termo).

2.11. **Da Gestão de Risco de Contratação**

2.11.1. Nos termos do artigo 169, da Lei nº 14.133 de 2021, os riscos associados à presente contratação foram identificados, analisados e tratados pela área técnica considerando aspectos técnicos, operacionais, administrativos e de governança.

2.11.2. Os riscos relevantes, bem como as respectivas medidas de mitigação, encontram-se registrados no Documento de Análise de Riscos incluído nos autos e elaborado de forma compatível com a complexidade do objeto e integrado ao planejamento da contratação.

2.11.3. A definição do objeto, dos requisitos da contratação, das obrigações das partes e dos mecanismos de fiscalização considerou os riscos identificados, com o objetivo de prevenir falhas na execução contratual e assegurar o alcance do interesse público.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) para o pretenso certame fundamenta-se no art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e do art. 189 e incisos I, II e III do art. 190 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, visto que suas características ensejam contratações frequentes e visam atender mais de um órgão da estrutura administrativo do Distrito Federal.

3.2. O SRP é um procedimento auxiliar de licitação em que os órgãos públicos registram os preços praticados pelo mercado, baseado no planejamento do quantitativo adequado ao atendimento da demanda anual, para determinados bens ou serviços, podendo, posteriormente, utilizar esses registros para contratações conforme a necessidade.

3.3. A escolha pelo Sistema de Registro de Preços busca harmonizar o valor obtido para o quantitativo estimado com a variação do ritmo da demanda ao longo do período de validade. Isso significa que a Administração pode contratar os bens ou serviços de acordo com as necessidades reais, adaptando-se ao fluxo de demanda que ocorre durante a vigência da Ata do SRP.

3.4. Além disso, a adoção do SRP visa maior celeridade nas contratações, redução da quantidade de licitações, redução de custos com armazenamento e controle de estoque, possibilidade de utilização da ata por outros por órgãos públicos e menores preços pelo efeito da economia de escala.

3.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições, conforme art. 200, do Decreto n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

3.6. **Da Assinatura e Vigência da Ata de Registro de Preços**

3.6.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1.1. O prazo de convocação poderá ser **prorrogado uma vez, por igual período**, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

3.6.2. O prazo de **vigência da ata de registro de preços**, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, será de **12 (doze) meses** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023.

a) Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, conforme art. 199, do Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023, e o item 2.4.1., da minuta do edital, do Parecer Referencial SEI-GDF n.º 59/2024 - PGDF/PGCONS.

b) Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data-base vinculada à data do orçamento estimado (§7º do art. 25 da Lei 14.133/21), pelo índice do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016, apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo, em consonância com item 2.4.2., da minuta do edital, do Parecer Referencial SEI-GDF n.º 59/2024 - PGDF/PGCONS.

3.7. **Da Adesão a Ata de Registro de Preços**

3.7.1. A adesão à ata de registro de preços poderá ser admitida mediante prévia consulta a Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas às condições e as regras estabelecidas no art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e no art. 208 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

3.7.2. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que venham aderir, e as aquisições adicionais não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na ata, devendo ser realizadas em conformidade com os parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e parágrafos 1º e 2º, do art. 208 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

3.8. **Das Obrigações do Órgão Gerenciador**

3.8.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente ata de registro de preços.

3.8.2. Conduzir os procedimentos relativos às eventuais revisões de condições, produtos ou preços registrados.

3.8.3. Registrar as penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços.

3.8.4. Deliberar o fornecimento da solução para órgão não participante da ata de registro de preços, consultando o beneficiário da ata e verificando as condições de fornecimento, para evitar extrapolações dos limites de produtividade ou de capacidade mínima de fornecimento.

3.8.5. As formas de comunicação entre os envolvidos dar-se-ão por e-mail ou sistema informatizado, quando disponível.

3.8.6. Os órgãos aderentes deverão reportar ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável, a aplicação de sanções administrativas e outras ocorrências atípicas ao objeto inicialmente registrado.

4. DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. O presente Termo de Referência detalha as condições do registro de preços com vistas **à futura aquisição de material elétrico e eletrônico (cabo elétrico, disjuntor, interruptor, tomada, soquete, dentre outros similares)**, com o objetivo de suprir as necessidades dos órgãos que manifestaram o interesse por meio da Intenção de Registro de Preço do Distrito Federal (IRPDF), de acordo com os estudos técnicos preliminares e anexos deste instrumento.

4.2. Os quantitativos totais e as descrições para cada item deste registro de preços estão detalhados no subitem 1.1.2, deste termo.

4.3. A descrição da solução na totalidade considerando o ciclo de vida do objeto se encontra pormenorizada nos estudos técnicos preliminares, em resumo destaca-se:

4.3.1. A manutenção da solução adotada nas contratações anteriores de bens comuns realizadas na Central de Compras fundamentou-se na busca pela alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, assegurando a melhor adequação às suas necessidades operacionais. O objetivo principal é a reposição adequada do estoque estratégico e possibilita o atendimento eficiente das demandas dos órgãos, contribuindo com a execução das rotinas de trabalho e o suporte às políticas públicas em desenvolvimento.

4.3.2. Adicionalmente, de modo geral, considera-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) proporciona ganhos econômicos na aquisição em escala, uma vez que os fornecedores tendem a oferecer valores mais competitivos e reduzir suas margens de lucro conforme o volume demandado pela administração. Além disso, a utilização do SRP permite a participação de diversos órgãos interessados por meio da Intenção de Registro de Preços do Distrito Federal (IRPDF), o que amplia significativamente o quantitativo da licitação, otimizando os recursos públicos.

4.3.3. Ademais, quanto **as especificações técnicas dos itens,** constantes do subitem 5.3 deste Estudo Técnico Preliminar, essas foram revisadas com base na última contratação realizada pela Central de Compras e ajustadas, quando necessário, a partir do levantamento de mercado, em atendimento ao inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021. As descrições foram elaboradas de forma objetiva, contemplando apenas requisitos essenciais ao atendimento das necessidades da Administração, de modo a preservar a competitividade e a vantajosidade da contratação.

4.3.3.1. No processo de definição do objeto, observaram-se o princípio da padronização, as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas e os parâmetros mínimos de qualidade exigidos para o adequado uso dos bens de consumo.

4.3.4. Ainda, os produtos a serem fornecidos devem não apenas atender às expectativas da demanda levantada pela Administração Pública, mas também seguir um ciclo de vida alinhado às legislações e normas vigentes sobre boas práticas sustentáveis. Isso significa garantir a sustentabilidade em todas as etapas, desde a obtenção da matéria-prima até o descarte final das embalagens.

4.3.4.1. Uma alternativa eficaz e sustentável a ser adotada pela Administração Pública no descarte das embalagens e dos produtos, após o devida utilização, quando aplicável, é o encaminhamento desse material para cooperativas de reciclagem. Essas organizações desempenham papel essencial na cadeia de gestão de resíduos, processando os materiais recicláveis, evitando o descarte inadequado em aterros sanitários. Além de contribuir para a preservação ambiental, esse encaminhamento promove a economia circular ao transformar resíduos em matéria-prima para novos produtos. A prática também gera emprego e renda para os trabalhadores das cooperativas, fortalecendo a inclusão social e o desenvolvimento econômico das comunidades locais.

4.3.4.2. Por fim, destaca-se a importância de ações educativas internas que incentivem o uso racional dos recursos e a correta separação de resíduos recicláveis. Essa medida reforça o comprometimento institucional com os objetivos do desenvolvimento sustentável, promovendo uma gestão pública mais eficiente, transparente e socialmente responsável.

4.4. Considerando as características do material a ser contratado e o sistema pelo qual se dará o processo (SRP), poderá haver **parcelamento na execução**, visto que as emissões de empenho se darão conforme a necessidade dos órgãos partícipes e a disponibilidade de recursos orçamentários, até que a demanda seja atendida em sua totalidade.

4.5. As **condições da aquisição** foram formuladas visando aprimorar a gestão dos recursos públicos, alinhando-se às **práticas do setor privado**. Isso ocorre mediante a adoção de padrões convencionais de mercado e de preços, com objetivo de atrair fornecedores qualificados, estimular a concorrência e promover a eficiência na execução de contratos, contribuindo para o alcance dos objetivos da administração pública e redução dos custos.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Da Sustentabilidade

5.1.1. A futura aquisição deverá atender aos requisitos de sustentabilidade previstos no inciso I do art. 1º e art. 2º, da Lei Distrital n.º 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, com vistas à convergência ao inciso II do art. 60 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, a fim de estabelecer a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

5.1.2. Para atendimento às disposições da Lei Distrital nº 4.770, de 2012, a licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, comprovação de compromisso com a sustentabilidade ambiental, a qual poderá ser demonstrada por uma das seguintes formas:

5.1.2.1. Por Declaração, na qual a licitante afirma possuir o compromisso e responsabilidade com a sustentabilidade ambiental, nos termos das exigências impostas pela Lei Distrital n.º 4.770, de 2012; ou

5.1.2.2. Com a apresentação de documento probatório (atestado, declaração, certificado, registro, credenciamento, etc.) emitido por órgãos públicos de qualquer ente da Federação que tenha competência legal na área ambiental que o produto ofertado, comercializado, ou o fornecedor, distribuidor ou fabricante está devidamente cadastrado, registrado, etc. no respectivo órgão; ou

5.1.2.3. Com a apresentação de documentos que o fornecedor está em fase de implantação de práticas sustentáveis, informando, no referido documento, quais são as práticas já implantadas e quais as metas pretendidas a atingir na questão da sustentabilidade ambiental.

5.1.3. Na hipótese de a empresa licitante não ser a fabricante dos produtos ofertados, deverá apresentar documentação comprobatória emitida por seus fornecedores e/ou fabricantes, demonstrando que os produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental, nos termos previstos no item 4.1.2, deste Termo.

5.2. Da Inexistência de Vínculo com a Administração Pública

5.2.1. A empresa vencedora deverá apresentar declaração formal, assinada por seu representante legal, conforme modelo do Anexo III, atestando que não possui, em seu quadro societário ou de dirigentes, pessoa que seja servidor público, empregado público ou ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública direta ou indireta, em qualquer esfera de governo, em situação que caracterize conflito de interesses, nos termos da Portaria CGDF nº 356, de 20 de junho de 2019 e em observância aos artigos 5º, 9º e 156 da Lei nº 14.133 de 2021.

5.2.2. A declaração deverá abranger toda a composição societária e administrativa da empresa e deverá ser atualizada sempre que houver alteração superveniente relevante, durante o procedimento de contratação ou a execução contratual.

5.3. Do Consórcio, da Cooperativa e da Subcontratação

5.3.1. Não será admitida a participação de **consórcios** na presente licitação. Essa vedação justifica-se pela natureza do objeto a ser contratado, que consiste no fornecimento de material amplamente disponível no mercado, padronizado e desprovido de complexidade técnica, operacional ou financeira que demande a atuação conjunta de empresas. Trata-se de itens com oferta pulverizada entre diversos fornecedores, os quais possuem plena capacidade de atender, individualmente, à demanda da Administração. Ressalte-se que o art. 15, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 autoriza expressamente a vedação à participação de consórcios, desde que devidamente fundamentada em razões de ordem técnica e econômica, como ocorre no presente caso.

5.3.1.1. Permitir a participação de consórcios em certame de objeto simples e de fornecimento comum poderia reduzir a competitividade, propiciar a formação de agrupamentos artificiais de empresas e comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Além disso, a contratação de consórcios implica responsabilidade solidária entre as empresas consorciadas, inclusive no que se refere a obrigações trabalhistas e

previdenciárias, o que pode representar risco à Administração Pública, em caso de inadimplemento por parte de uma das consorciadas.

5.3.1.2. Dessa forma, considerando os princípios da economicidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, entende-se que a vedação à participação de consórcios neste certame atende ao interesse público e assegura maior segurança jurídica e administrativa à contratação a ser realizada pelo Governo do Distrito Federal.

5.3.2. A **subcontratação**, total ou parcial, do objeto licitado não será permitida. Essa vedação decorre da simplicidade e padronização dos materiais a serem adquiridos, bem como da ampla capacidade de atendimento direto por parte do contratado. A subcontratação geraria a necessidade de instrumentos adicionais, dificultando o controle e a responsabilização, além de impor encargos administrativos desnecessários à Administração Pública.

5.3.2.1. A exigência de execução direta visa assegurar a responsabilidade exclusiva do contratado, reduzir riscos contratuais e preservar a economicidade, nos termos do art. 116, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

5.3.3. A participação de **cooperativas** não será permitida tendo em vista o previsto na letra "a" do inciso I do art. 9º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o qual veda ao agente público designado atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei, *"admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas."*

5.3.3.1. Ademais, não será admitida a participação de cooperativas, uma vez que os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para a participação de licitantes organizados como cooperativas, não são compatíveis com a natureza dos serviços a serem contratados. Adicionalmente, a forma como o objeto é prestado no mercado, bem como a frequência regular de contratação prevista pela Administração, justificam essa vedação.

5.4. **Da Garantia da Contratação**

5.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação previstos dos artigos 96 ao 102, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e alterações vigentes.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. **Das Condições de Entrega**

6.1.1. O **prazo para entrega** dos materiais será de **até 15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data de ciência formal da Contratada, caracterizada pelo recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, conforme a demanda específica de cada órgão participante da Ata de Registro de Preços.

6.1.2. O prazo de entrega **poderá ser prorrogado** por **até 10 (dez) dias úteis**, desde que haja solicitação formal da Contratada, devidamente justificada e apresentada antes do término do prazo originalmente estabelecido, acompanhada da comprovação de que o eventual atraso não decorre de culpa ou dolo do fornecedor.

6.1.2.1. Excepcionalmente, em caso de uma nova prorrogação, caberá ao órgão demandante definir o novo prazo, de forma motivada, observando o interesse público, a continuidade da execução contratual e a legislação vigente.

6.1.2.2. Os pedidos de prorrogação mencionados nos itens 6.1.2 e 6.1.2.1 deverão ser analisados pelo setor demandante dos órgãos participantes e autorizados pelo Ordenador de Despesas ou equivalente do respectivo órgão.

6.1.3. No que concerne à **entrega dos bens por remessa**, sendo única ou parcelada, considerando as características do material a ser contratado, essa levará em conta a necessidade de cada órgão participante da ARP, conforme mencionado no item 4.4, deste termo, em conformidade com o art. 79 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.1.4. Os materiais a serem entregues deverão:

6.1.4.1. Estar nas embalagens originais do fabricante.

6.1.4.2. A embalagem deverá ser atóxica, limpa, lacrada e íntegra, sem rasgos, sem amassados, sem trincas ou outras imperfeições.

6.1.4.3. A rotulagem da embalagem deverá constar: nome, composição do produto, lote, data de fabricação, data de validade, quando couber, CNPJ, nome e endereço do fabricante/produtor, condições de armazenamento, quantidade, peso, registro/inscrição do fabricante e do produto, neste último caso, quando couber.

6.1.4.4. Possuir certificado ou selo junto ao INMETRO, quando couber, e estarem de acordo com a legislação e/ou normas vigentes, em consonância com o art. 42, da Lei Federal 14.133, de 2021.

6.1.4.5. Restar, no mínimo **75% (setenta e cinco por cento)**, do prazo total de validade previsto por cada produto, na ocasião de sua entrega, quando couber.

6.1.4.6. Ser novos e de primeiro uso.

6.1.5. **Os produtos serão rejeitados**, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes do termo de referência e na proposta do licitante, bem como se houver qualquer avaria de partes que compõem o item, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.5.1. Não será aceito o conserto/reparo de produto e embalagem danificados.

6.1.5.2. **Serão recusados os produtos diferentes da marca ofertada na proposta da empresa** vencedora do certame licitatório**.**

6.1.5.3. A recusa do material deverá ser feita por meio de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto contratado.

6.1.5.4. O prazo de troca do produto será de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do conhecimento da razão da troca por parte do fornecedor.

6.1.5.5. O fornecedor deverá recolher o produto no local da entrega e substituir por outro item em perfeito estado, no ato da retirada do produto danificado.

6.1.5.6. Os custos da substituição do material com envio, frete ou quaisquer outras despesas, ficará por conta do fornecedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.2. **Do Local de Entrega do Objeto**

6.2.1. O anexo I contém a relação dos órgãos participantes do registro de preço e seus prováveis locais de entrega, visto que o endereço de entrega será confirmado na assinatura do contrato ou outro documento equivalente, exclusivamente, no território do Distrito Federal.

6.2.2. Consta no anexo II, a lista dos órgãos participantes do registro de preços e quantitativos por órgão.

6.2.3. Consideram-se órgãos participantes, aqueles cujas quantidades necessárias foram estimadas pelo Intenção de Registro de Preço do Distrito Federal (IRPDF).

6.3. **Da Garantia do Objeto**

6.3.1. Os produtos constantes deste Termo de Referência terão a garantia mínima prevista no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme a Lei Federal n.º 8.078, de 1990, o qual se inicia a partir do recebimento definitivo, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pela norma citada.

6.3.2. No caso dos bens referentes à substituição, o prazo de garantia será o mesmo concedido ao bem originalmente substituído, iniciando a contagem a partir da data da substituição.

6.3.3. Durante o período de garantia, o órgão não efetuará nenhum tipo de pagamento a Contratada a título de deslocamento de pessoal, veículos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, fretes e outros, na solução de problemas que ensejaram o acionamento de tal garantia.

6.3.4. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas, nos termos do art. 18 da Lei Federal n.º 8.078, de 1990.

6.4. **Das Obrigações da Contratada**

6.4.1. Entregar os materiais de acordo as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e Edital.

6.4.2. Comunicar imediatamente a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (Seec/DF), bem como ao Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail e telefone, indicado na respectiva proposta de preços, como também, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelos diversos órgãos integrantes da centralização de compras do Distrito Federal.

6.4.3. Responder integralmente pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, ou o acompanhamento empreendido pelo Contratante.

6.4.4. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas neste instrumento, além de sujeitar-se a outras obrigações no Código de Proteção e Defesa do Consumidor Lei Federal n.º 8.078, de 1990, que sejam compatíveis com o regime de Direito Público.

6.4.5. Comunicar por escrito eventual atraso, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pela Contratante.

6.4.6. Atender, no prazo fixado, às solicitações do fiscal técnico, fiscal administrativo e/ou gestor do contrato.

6.4.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art. 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.4.8. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto do presente termo de referência, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, fretes; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem qualquer ônus à Contratante.

6.4.9. Garantir a qualidade dos materiais, devendo substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado em que for constatado defeito ou má qualidade resultante do transporte inadequado, quando da entrega.

6.4.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto, na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em consonância com a Lei Distrital n.º 5.061, de 2013.

6.4.11. Cumprir as exigências de cadastro reserva previstas em lei, bem como em outras normas específicas, em atendimento ao art. 92, inciso XVII, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.4.12. Assegurar que os produtos entregues estejam em consonância com as normas vigentes e demais legislações relacionadas à sua natureza, de forma a garantir a qualidade do produto apresentado, conforme art. 42, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.4.13. Não alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato e das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes ao objeto.

6.4.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 124, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.4.15. Observar as diretrizes referentes às medidas de prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal, conforme estabelecido no Decreto Distrital nº 46.174, de 22 de agosto de 2024.

6.5. **Das Obrigações da Contratante**

6.5.1. Receber o objeto do aquisição e atestar a Nota Fiscal.

6.5.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e sua proposta.

6.5.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização na entrega e recebimentos dos bens, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.5.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos bens no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

6.5.5. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da Contratada às suas dependências, ao local de entrega dos bens, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do Contratante.

6.5.6. Determinar providências que entender necessárias visando suprir ou sanar irregularidades, atrasos e falhas ocorridas.

6.5.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os bens em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato, ou instrumento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.

7.4. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. O órgão ou entidade deverá permitir, consoante as normas internas, o acesso aos empregados da Contratada às suas instalações, para entrega dos produtos solicitados.

7.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.7. Durante a execução, o Contratante deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou pendências observadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.8. **Da Fiscalização**

7.8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme caput do art. 117, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.8.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.9. **Da Fiscalização Técnica**

7.9.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, conforme o inciso VI do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.9.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com §1º, do art. 117, Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e inciso II do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.9.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, conforme o inciso III do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.9.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para adotar as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, conforme o inciso IV do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.9.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, conforme o inciso V do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.9.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, conforme o inciso VII do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.10. **Da Fiscalização Administrativa**

7.10.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme o inciso II do art. 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.10.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para tomar as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, conforme o inciso IV do art. 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.11. **Do Gestor do Contrato**

7.11.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, conforme o inciso IV do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.11.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, conforme o inciso II do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.11.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme o inciso III do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.11.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme o inciso VIII do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.11.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, consoante ao inciso X do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.11.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, conforme o inciso VI do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.11.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato ou instrumento equivalente.

7.12. **Das Infrações e Sanções Administrativas ao Contratado**

7.12.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.12.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme artigo 156, § 2º, de Lei nº 14.133, de 2021.

7.12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme artigo 156, § 4º, de Lei nº 14.133, de 2021.

7.12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme artigo 156, § 5º, de Lei nº 14.133, de 2021.

7.12.2.4. **Multa -** conforme o artigo 156, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021, a multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei - :

I - Moratória, para as infrações descritas no item “d”, do subitem 7.12.1, de **1**% (**um** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30** (**trinta**) dias.

II - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, do subitem 7.12.1, de **15% a 30%** do valor da contratação.

III - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, do subitem 7.12.1, de **15% a 30%** do valor da contratação.

IV - Compensatória, para infração descrita na alínea “b”, do subitem 7.12.1, de **10% a 25%** do valor da contratação.

V - Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, do subitem 7.12.1, de **5% a 20%** do valor da contratação.

VI - Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 7.12.1, de **3% a 15%** do valor da contratação, ressalvadas os descumprimento de qualquer cláusula contratual que também se enquadre nessa alínea.

7.12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.12.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

7.12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.12.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo **de 10 (dez) dias,** a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.12.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.12.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.12.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.12.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.12.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.12.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.12.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.12.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo **de 15 (quinze) dias úteis,** contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.12.1. **As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

7.12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Do Recebimento do Objeto

8.1.1. Os bens serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.1.1. **Os bens serão rejeitados**, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência e na proposta do fornecedor, devendo ser substituídos **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.2. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal pela Administração, quando couber, após a verificação da qualidade, quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.1.2.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.2.2. Na hipótese da verificação a que se referem o subitens **8.1.2 e 8.1.2.1** não forem procedidas dentro dos prazos fixados, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.1.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que se refere à parcela que está de acordo com a execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.4. O prazo para a solução pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

8.1.6. O encaminhamento da nota fiscal para pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, condicionado ao ateste formal da fiscalização designada, que verificará a conformidade quantitativa e qualitativa do bem com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2. Da Liquidação

8.2.1. Após o recebimento definitivo, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

8.2.2. O pagamento ficará condicionado à apresentação de nota fiscal compatível com o objeto efetivamente aceito, bem como à juntada dos termos de recebimento definitivo, do ateste da fiscalização designada e do relatório técnico de conformidade.

8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.3.1. O prazo de validade;

8.2.3.2. A data da emissão;

8.2.3.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

8.2.3.4. O valor a pagar; e

8.2.3.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4. A Nota de Lançamento - NL deverá ser emitida após a regular liquidação da despesa, conforme art. 62 do Decreto nº 32.598/2010.

8.2.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.2.6. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.2.7. A administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.2.7.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.2.7.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.2.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para serem acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.10. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. **Do Prazo de Pagamento**

8.3.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento definitivo, desde a nota fiscal esteja em condições de liquidação de pagamento.

8.3.2. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação *pro rata tempore* do IPCA, nos termos do art. 3º, do Decreto Distrital n.º 37.121, de 16 de fevereiro de 2016.

8.4. **Da Forma de Pagamento**

8.4.1. O pagamento será realizado em **parcela única**, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.5. As condições de liquidação e pagamento seguem as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, conforme Decreto Distrital n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, e alterações vigentes.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. **Da Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na **modalidade pregão**, sob a **forma eletrônica**.

9.1.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO** por **grupo**, em atenção aos arts. 114 e 195 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, e aos incisos I, do art. 33 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9.1.3. **A adjudicação dos objetos** deve ser procedida **POR GRUPO**, conforme justificativas:

9.1.3.1. Economia de escala: a contratação em grupo possibilita melhores condições comerciais, maior competitividade e obtenção de preços mais vantajosos em razão da consolidação da demanda dos diversos órgãos e entidades do Distrito Federal. O fracionamento por item tende a reduzir o poder de negociação da Administração, em afronta ao princípio da economicidade (art. 40, § 3º, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.1.3.2. Padronização e compatibilidade técnica: o objeto envolve materiais elétricos e eletrônicos que devem atender a requisitos técnicos específicos, normas de segurança (como padrões da ABNT/INMETRO) e compatibilidade entre si. A contratação conjunta favorece a padronização dos itens fornecidos, assegurando uniformidade, segurança das instalações e redução de riscos de incompatibilidade entre componentes adquiridos de fornecedores distintos.

9.1.3.3. Redução de custos de gestão contratual: a contratação unificada reduz a necessidade de múltiplos contratos, simplificando os processos de aquisição, logística, armazenamento, fiscalização e controle de consumo, gerando ganhos administrativos e maior eficiência na gestão, conforme previsto no art. 40, § 3º, I.

9.1.3.4. Garantia de continuidade no fornecimento: a contratação com um mesmo fornecedor ou por grupos reduz o risco de desabastecimento, assegurando maior previsibilidade e regularidade no fornecimento dos materiais, essenciais para manutenção predial, instalações elétricas e atendimento de demandas emergenciais nas unidades administrativas.

9.1.3.5. Aspectos logísticos e operacionais: considerando a distribuição das unidades administrativas no Distrito Federal, o parcelamento excessivo poderia resultar na multiplicidade de fornecedores, entregas fragmentadas e cronogramas distintos, aumentando a complexidade logística e os custos operacionais. Ademais, a aquisição isolada de determinados itens, especialmente de menor valor agregado, pode se tornar economicamente desinteressante para fornecedores, em razão dos custos de transporte e distribuição, o que pode comprometer a competitividade e a efetividade da contratação.

9.1.4. Diante do exposto, conclui-se que a solução mais vantajosa consiste na divisão do objeto em **04 grupos,** por atender de forma adequada aos princípios da economicidade, eficiência, padronização e segurança operacional, em conformidade com o art. 40, § 3º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.5. Por fim, com o objetivo de atender à Lei Distrital nº 4.611/2011 e ao Decreto Distrital nº 35.592/2014, e de fomentar a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, cada um dos grupos contempla cota reservada de até 25% do quantitativo, destinada exclusivamente às entidades preferenciais, ficando o quantitativo remanescente destinado à ampla concorrência, de forma a conciliar incentivo às MEs e EPPs, competitividade e economicidade da contratação.

9.1.6. **A proposta comercial** deverá ser entregue devidamente assinada pelo representante legal da empresa, com o preço unitário, incluídas todas as despesas necessárias à entrega do objeto deste Termo de Referência, como também, todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

9.1.6.1. A proposta deverá indicar, de forma separada e clara, **o fabricante, a marca e o modelo** do produto ofertado para cada item cotado.

9.1.6.2. Juntamente com a proposta, deverá ser apresentado **prospecto ou catálogo original do fabricante ou, alternativamente, cópia de página oficial do fabricante na internet** com os produtos ofertados. Esses documentos deverão corresponder aos itens descritos na proposta, contendo, de forma clara e precisa, fabricante, marca, modelo e demais especificações técnicas suficientes à adequada análise e julgamento, devendo haver coerência entre as informações constantes nos catálogos/prospectos e na proposta, bem como compatibilidade com as descrições mínimas exigidas no item 1.1.2 deste Termo de Referência.

a) Na inexistência ou insuficiência dessas informações, será admitido documento técnico complementar, contendo imagem e especificações do produto, de forma visível e legível, desde que devidamente validado ou certificado pelo fabricante.

9.1.6.3. Considerando que o critério de julgamento é menor preço por grupo, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será os valores unitários constantes no subitem 1.1.2, deste Termo de Referência.

9.1.6.4. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações mínimas e exigências contidas neste termo de referência e/ou edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no art. 59, incisos I, II, III, IV e V, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9.1.7. O modo de disputa será **aberto**.

9.1.7.1. A opção pelo regime "aberto" tem como objetivo principal fomentar a transparência, a competitividade e a eficiência na aquisição do objeto.

9.1.7.2. A adoção desse regime visa garantir, ainda, uma participação mais ampla de empresas interessadas, aumentando a concorrência no certame, promovendo maior competitividade e publicidade para atingir um valor mais econômico para Administração.

9.1.7.3. A obtenção da melhor proposta econômica está alinhada aos princípios que regem a administração pública e às legislações vigentes.

9.1.7.4. Nesse contexto, busca-se por parte das empresas a apresentação de preços mais competitivos visando destacar-se na concorrência, uma vez que a sessão pública de lances somente se finda quando os valores se estabilizam.

9.2. **Da Forma de Fornecimento**

9.2.1. O fornecimento do objeto poderá ser integral ou parcelado, considerando as características do material a ser adquirido, bem como a necessidade de cada órgão participante da ARP.

9.3. **Do Tratamento Favorecido e Diferenciado às Entidades Preferenciais**

9.3.1. **Da Cota Reservada**

9.3.1.1. A previsão da cota reservada com limite máximo ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) foi aplicada aos **grupos 3, 5 e 7** do subitem 1.1.2, deste instrumento, visando a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos arts. 23 e 26, da Lei Distrital n.º 4.611, de 2011, e art. 2º, inciso III, do Decreto Distrital n.º 35.592, de 2014.

9.3.2. **Da Cota Principal**

9.3.2.1. Em decorrência da cota reservada, **aos grupos 2, 4 e 6,** que detalham a diferença dos quantitativos dos itens acima, serão a cota principal, destinada à ampla concorrência.

a) Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

b) Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

c) Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

9.3.3. **Da Licitação Exclusiva**

9.3.3.1. Em observância ao disposto no art. 25 da Lei Distrital nº 4.611/2011 e no art. 7º do Decreto Distrital nº 35.592/2014, **o Grupo 1** do subitem 1.1.2 deste Termo de Referência será destinado à participação exclusiva de entidades preferenciais, tendo em vista que o valor estimado da contratação é inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)."

9.4. **Das Exigências de Habilitação**

9.4.1. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos do artigo 62, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.4.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.4.3.1. **Da Comprovação Jurídica**

I - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

II - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

III - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio Autenticidade certificado MEI;

IV - Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal -SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

V - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

VI - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VII - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

VIII - Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, de acordo com o art. 66, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

IX - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.3.2. **Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

III - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal;

IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao;

V - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

VII - Para as empresas com sede e/ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela receita da fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br, de acordo com art. 173, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF);

VIII - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

IX - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.4.3.3. **Da Qualificação Econômico-Financeira**

I - A exigência de qualificação econômico-financeira para pretensa contratação justifica-se pela necessidade de assegurar que os licitantes possuam capacidade financeira mínima para suportar os custos decorrentes do fornecimento contínuo dos materiais registrados, considerando o vulto estimado da contratação, a possibilidade de múltiplas aquisições durante a vigência da Ata de Registro de Preços e a abrangência do atendimento a diversos órgãos e entidades do Distrito Federal, em conformidade com o art. 54, inciso IX, do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

II - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples.

III - Certidão Negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, consoante a Lei Federal n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos **30 (trinta) dias**, ou que esteja no prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

IV - Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) As empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos poderão apresentar o balanço do último exercício;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE+ PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

d) Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento dos índices econômicos previstos no item anterior;

e) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o(s) de item(ns) cotado, constante deste Termo de Referência.

f) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

g) Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.4.3.4. **Da Qualificação Técnica**

I - Não haverá exigência da qualificação técnica do art. 67, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e alterações vigentes, tendo em vista que o objeto da presente contratação, cuida-se de aquisição de bens, sem complexidade técnica para o fornecimento, com entrega imediata, em consonância com o inciso III do art. 70, da Lei Federal 14.133, de 2021.

10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado total da contratação é de **R$ 5.477.834,00 (cinco milhões, quatrocentos e setenta e sete mil oitocentos e trinta e quatro reais),** conforme custos unitários constantes na tabela 1.1.2, deste termo, o qual foi definido utilizando a metodologia legal, pelo setor competente, com base numa pesquisa de preços extensa e variada, o que sinaliza que o valor de referência representa o de mercado.

10.2. Com o objetivo de assegurar a transparência e a efetividade no processo licitatório, o **valor estimado desta contratação será divulgado no momento da publicação do instrumento convocatório,** não sendo, portanto, sigiloso. Essa decisão está fundamentada no §1º do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, que admite a divulgação do valor estimado, ressalvada a hipótese de sigilo justificado e tecnicamente fundamentado pela autoridade competente — o que não se verifica neste caso, dada a natureza do objeto e a ausência de riscos à competitividade.

10.2.1. A divulgação do custo estimado visa fomentar a ampla competitividade entre os licitantes, garantindo que as propostas apresentadas estejam em consonância com os preços praticados no mercado, o que contribui para a seleção da proposta mais vantajosa à Administração, conforme previsto no art. 11 da mesma lei. Além disso, reforça o princípio da publicidade (art. 5º, inciso I), da isonomia (art. 5º, inciso II) e da eficiência (art. 5º, inciso VI), assegurando maior controle social e institucional sobre a contratação pública.

10.2.2. Trata-se, ainda, de medida que evidencia a observância dos princípios da transparência e da rastreabilidade na formação do valor estimado da contratação, em consonância com as boas práticas de governança previstas no inciso III do art. 32 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, constituindo instrumento relevante de prevenção a sobrepreços e superfaturamentos, bem como de reforço à segurança, à confiabilidade e à legitimidade do processo de contratação.

10.2.3. Por fim, a divulgação do valor estimado contribui para o fortalecimento das práticas de governança, integridade e gestão responsável dos recursos públicos, em conformidade com os princípios que regem as contratações públicas e com as boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União.

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

11.2. O procedimento licitatório encontra-se baseado no Sistema de Registro de Preços (SRP), cuja demanda representa uma estimativa de consumo dos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Distrito Federal. Dessa maneira, no contexto do SRP, a apresentação da disponibilidade orçamentária na fase de seleção do fornecedor não é necessária, pois a aquisição ocorrerá somente se houver necessidade, orçamento e saldo na Ata de Registro de Preço

(ARP).

11.3. Assim, a conformidade do objeto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e outros alinhamentos orçamentários terá a devida indicação somente no ato da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, em consonância com o § único, do art. 189, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência **não são classificadas como sigilosas, em atendimento à Lei nº 12.527, de 2011.**

13. DOS ANEXOS

13.1. São partes integrantes deste termo de referência, os seguintes anexos:

13.1.1. ANEXO I - Endereço dos órgãos participantes.

13.1.2. ANEXO II - Planilha de demanda por órgão.

14. DA APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

14.1. **APROVA-SE** o presente Termo de Referência, com fulcro na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e nos termos do art. 71, § 3º, Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, na modalidade Pregão Eletrônico, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), com vistas à **futura aquisição de material elétrico e eletrônico (cabo elétrico, disjuntor, interruptor, tomada, soquete, dentre outros similares)**, com o propósito de atender às necessidades dos órgãos e entidades que integram a estrutura administrativa do Distrito Federal, e ratifico a veracidade de todas as informações exaradas, assim como afirmo a ausência de direcionamento do objeto em tela.

ANEXO I
ENDEREÇO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

UO	Órgão	Endereço
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	ÁREA ESPECIAL - SGON - QUADRA 05 - LOTE 23 (antigo DT) - Asa Norte - Brasília - DF
15	PROCON-DF - INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO DISTRITO FEDERAL	SCS - Quadra 08, Bloco B60, Sala 240 - ED. VENÂNCIO 2000
20	PGDF - PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	SAM (SETOR DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL) BL "I" EDÍFICIO SEDE PROCURADORIA- GERAL DO DF - SUBSOLO - ASA NORTE - Atrás do Palácio do Buriti - BRASÍLIA-DF
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	SGON - Quadra 05 - Lote 795 - Anexo1 CEP: 70.610-650
52	PCDF - POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	SGON QUADRA 05 LOTES 2/7 ASA NORTE BRASÍLIA DF
53	CBMDF - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	Centro de Suprimento e Material-CESMA localizado no Setor de Áreas Isoladas Sul (SAIS) Quadra 4 lote 5, Setor Policial Sul, Complexo da Academia de Bombeiro Militar ? Brasília-DF
54	PMDF - POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	SETOR POLICIAL SUL - SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUDOESTE - Área Especial nº 04 - CEP:70.610-200
55	DETRAN - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL	SGAN 907 Lote 901 Depósito do Detran
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	SIA TRECHO 02 - LOTE 1835/1845 - 1° ANDAR
60	SES - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	SGAP, LOTE 06, BLOCO G, SIA/DF - Parque de Apoio da Secretaria de Saúde do Distrito Federal
63	FHB-DF - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	SMHN - Quadra 03 - Conjunto A - Bl. 03 - Asa Norte
64	FEPECS - FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	SMHN 03 - conjunto A - bloco 1 - Edifício FEPECS
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	Parque Estação Biológica - Ed. Sede - Asa Norte - CEP : 70.770-914 ponto de Referência: logo Atrás do atacadão da asa norte
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	SAIN -PARQUE ESTAÇÃO BIOLÓGICA, ED. EMATER - ASA NORTE - CEP: 70.770-915 - BRASÍLIA-DF
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	SIA - Trecho 01 - Áreas de Serviços Públicos - Módulo I - CEP: 71.200-010
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	SGAN - QUADRA 05 - LOTE 23 - ASA NORTE
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	Setor de Áreas Públicas - Lote 41 - Bl. B - Complexo da NOVACAP - Brasília

UO	Órgão	Endereço
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	Núcleo de Almoxarifado - Parque Rodoviário - Rodovia DF-001, km 1- Sobradinho/DF
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	QI 01 Lotes 700/740 Setor de Indústria do gama - Cep:72.445-010
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	QNG 08 Área Especial 16 - Taguatinga norte
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	Área Especial 3/5 - Setor Norte Brazlândia/DF (Entrequadra)
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	Área especial para indústria n°03 - lotes 07/10 - setor de grandes áreas - sobradinho - DF
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	Setor de Oficinas - Conjunto A - Lote 01 - Parque de Serviços Administração Regional de Planaltina
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	3ª Avenida - Área Especial 06 - Módulo G/0 - Núcleo Bandeirante
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	QE 25 AREA ESPECIAL 01 CAVE Pátio de Obras - Guará II
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	EQNM 27, ÁREA ESPECIAL, Módulo C, Ceilândia Sul - PRÓXIMO AO SLU
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	Área Especial H - Lote 08 - Cruzeiro Velho - Cep:70.640-680
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	PRAÇA CENTRAL ÁREA ESPECIAL LOTE 01- SEDE
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	SBN Quadra 02 - Bloco K - Edifício Wagner - 2º Subsolo, Asa Norte
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	QS 119/121 - Área Especial - Subcentro Oeste - Samambaia Sul
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	QC 01 - conjunto H - Área Especial - Lote B - Avenida Alagados - Santa Maria - Cep:72.511-100
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	Área Especial S/N - Quadra 101 - conjunto 08 - Bairro Residencial Oeste - São Sebastião
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	Avenida Vargem da Bênção - Quadra 103 - Chácara n° 03 - Recanto das Emas
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	SHIS - QI 11 - Área Especial 01 - Lago Sul
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	Rua dos Transportes - QR02, PUE VII- Candangolândia - Cep:72.000-000
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	AC 03 LOTE 06 - PRAÇA CENTRAL
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	SHIN - CA 05 - LOTE J1 - Bl.J1 - Loja 118 - Lago Norte
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	SDCN Via N2 Anexo do Teatro Nacional - Asa Norte, Brasília
151	ARPDF - ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL	SGON Quadra 5 - BLOCO B - Lote 23 - ASA NORTE
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	Área Especial - SMDB, Estação Ecológica Jardim Botânico DE BRASÍLIA, Bairro: Lago Sul, BRASÍLIA-DF.
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	Avenida das Nações - Via L-4 Sul
220	SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL	SCS Qd 04 ed. luiz carlos botelho, 7º andar
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	Rua Manacá - Lote 02 - Bloco 01 - Águas Claras
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	QN 07 - CONJUNTO 06 - LOTES 01 e 02 RIACHO FUNDO II
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	SIG Quadra 06 - Lote 1425
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	EPPR - ESTRADA PARQUE PARANOÁ (DF-005) AREA ESPECIAL N° 2 - PARQUE DE SERVIÇOS, VARJÃO
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	AR 13 - Área Especial n° 01 - Sobradinho II
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	Avenida Contorno - Área Especial 14 - Núcleo Bandeirante
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	Setor Central - Área Especial 05 - Cidade Estrutural
307	RA-JB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO Avenida das Paineiras entre quadras 3/5, Bloco ?A? segundo andar Edif. Jardim Imperial ? Jardim Botânico III-DF
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	QUADRA 378 CONJUNTO A AE Nº 01 LOTE 04 DEL LAGO
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	SIA - Trecho 08 - Lote 125/135
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	Rua 4A - Travessa 04 - Vicente Pires - Cep:72.006-253
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	DF 150 - Km 12 - Quadra 11- lote especial-feira S/N°- Engenho Velho
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	SCN - Quadra 01 - Bloco A - 19° ANDAR - Edifício Number One - Asa Norte - Brasília-DF
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	SEPN - Quadra 511 - Bl. C - ED. BITTAR IV - Asa norte - Brasília/DF

UO	Órgão	Endereço
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	SCS Quadra 06 Bloco A Lote 13/14 Ed. Da SEDHAB - 5º andar
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	SAAN, Quadra 01, Lote C, 2º andar Brasília/DF
401	DPDF - DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	SIA SUL, TRECHO 17, RUA 07, LOTE 45.
413	IPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	SCS, Quadra 09, Torre B, 1º andar, salas 103 a 105, Edifício Parque Cidade Corporate, Brasília-DF
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	SIA - TRECHO 06 -LOTES 240/260 - CEP: 71.205-206
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	SGON Quadra 5 Lote 23, Complexo Logístico da SEEC, Brasília - DF
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	Anexo do palácio do buriti 14° andar sala 1405
4001	INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	SCS Quadra 09 Torre B Loja 15 -Térreo - Espaço S-01 e 10º Andar, Edifício Parque Cidade Corporate - Bairro Asa Sul - DF
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	Granja do Torto Lote 04 Parque Tecnológico de Brasília, 3º andar, sala da Secti, CEP 70636-000
4009	SETUR - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL	SDC Eixo monumental Lote 5, Centro de Convenções Ulysses Guimarães 1º andar - Brasília - DF
4011	SMDF - SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL	Palácio do Buriti, Ed. Anexo, 8º andar - sala 810
4015	SEAC - SECRETARIA DE ESTADO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL	Palácio do Buriti, sala 904-A, 9º ANDAR - CEP: 70.075-900
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	SIA Trecho 3/4 lote 1545/1555
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	Palácio do Buriti, 1º andar, sala P-60. Brasília- DF
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	SAS Quadra 2, Lote 1A, Asa Sul, Brasília - DF
4020	RA-SOL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SOL NASCENTE/PÔR DO SOL	EQNM 27, ÁREA ESPECIAL, MÓDULO C, CEILÂNDIA SUL - PRÓXIMO AO SLU
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	SHA Conjunto 04 Área Especial Nº 01 - ARNIQUEIRA - DF
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	SBS QUADRA 02 BL G LOTE 13 - Asa Sul, Brasília - DF
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	PARQUE TECNOLÓGICO BIOTIC, BLOCO B, 2º ANDAR - GRANJA DO TORTO
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	SAIN - PROJEÇÃO H - TERREO - SALA T1
4039	SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL DO DISTRITO FEDERAL	SBN - Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco K, Edifício WAGNER. Asa Norte, Brasília-DF
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	Avenida Erasmo de Castro, Residencial Sandray Rua B, 22, SH Arapoanga, Brasília/DF
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	Ed. Anexo Palácio do Buriti - 3º Andar - Sala 311
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	Anexo do Palácio do Buriti - Praça do Buriti, Zona Cívico-Administrativa - Brasília /DF

ANEXO II
PLANILHA DE DEMANDA POR ÓRGÃO

Nº 1 - Código: 3.3.90.30.26.111.0244

ADAPTADOR PARA TOMADA, Descrição: confeccionado em material termoplástico, permite a conexão de equipamentos com plugues bipolares e tripolares do padrão antigo (com corrente de 10A e 20A) a tomadas no novo padrão brasileiro do tipo 2P+T 10A/250V. - Unidade: Unidade

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
4011	SMDF - SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL	41665	300
54	PMDF - POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	41665	300

391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41665	120
220	SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL	41665	100
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41665	90
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41665	70
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41665	50
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41665	50
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41665	50
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	41665	50
55	DETRAN - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL	41665	50
4001	INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	41665	50
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41665	50
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41665	50
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41665	45
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41665	40
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41665	30
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41665	30
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41665	30
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41665	30
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41665	30
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41665	30
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41665	30
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41665	24
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41665	24
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41665	24
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41665	24
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41665	24
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41665	20
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41665	20
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41665	20
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41665	20
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41665	15
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41665	15
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41665	15
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41665	12
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41665	12
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41665	12
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41665	12
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41665	12
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41665	10
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41665	10
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41665	10
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41665	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41665	10
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41665	10
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41665	10
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41665	10
TOTAL POR ITEM			**2060**
Nº 2 - Código: 3.3.90.30.26.111.0245			

BENJAMIM, Descrição: régua de tomada compacta, formato em T, confeccionado em material termoplástico, com uma entrada e três tomadas de saídas, todas no novo padrão brasileiro do tipo 2P+T 10A/250V, destinado à conexão de múltiplos eletroeletrônicos simultaneamente. - Unidade: Unidade

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
54	PMDF - POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	41666	300
4011	SMDF - SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL	41666	270
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41666	120
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41666	114
220	SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL	41666	100
20	PGDF - PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41666	100
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41666	90
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41666	70
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41666	50
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41666	50
4001	INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	41666	50
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41666	50
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41666	50
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41666	45
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41666	40
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41666	30
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41666	30
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41666	30
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41666	30
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41666	30
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41666	30
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41666	24
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41666	24
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41666	24
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41666	24
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41666	24
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41666	20
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41666	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41666	20
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41666	20
413	IPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	41666	20
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41666	20
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41666	20
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41666	20
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41666	15
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41666	15
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41666	15
4020	RA-SOL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SOL NASCENTE/PÔR DO SOL	41666	13
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41666	12
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41666	12
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41666	12
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41666	12
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41666	10
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	41666	10
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41666	10
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41666	10

366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41666	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41666	10
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41666	10
15	PROCON-DF - INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO DISTRITO FEDERAL	41666	10
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41666	6
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41666	6
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41666	5
TOTAL POR ITEM			**2162**

Nº 3 - Código: 3.3.90.30.26.111.0246

CONJUNTO DE PLUG E RÉGUA DE TOMADA, Descrição: confeccionado em material termoplástico, composto por um plugue tipo macho, para tomadas do novo padrão brasileiro 2P+T 10A/250V, e uma régua de tomadas com, no mínimo, 3 entradas do tipo 2P+T, capaz de suportar corrente nominal de 10A e 20A, destinado à montagem de extensões elétricas versáteis. - Unidade: Conjunto

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
4011	SMDF - SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL	41667	150
4039	SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL DO DISTRITO FEDERAL	41667	150
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41667	100
4001	INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	41667	100
220	SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL	41667	100
20	PGDF - PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41667	100
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41667	60
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41667	60
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41667	60
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41667	60
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41667	50
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41667	50
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41667	50
413	IPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	41667	50
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41667	50
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41667	45
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41667	40
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41667	40
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41667	40
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41667	30
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41667	30
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41667	30
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41667	30
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41667	30
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41667	30
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41667	30
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41667	30
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41667	24
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41667	24
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41667	24
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41667	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41667	20
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41667	20
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41667	20
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41667	20
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41667	18
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41667	16

306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41667	15
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41667	15
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41667	13
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41667	12
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41667	12
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41667	12
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41667	10
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41667	10
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41667	10
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41667	10
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41667	10
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41667	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41667	10
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41667	10
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41667	10
4020	RA-SOL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SOL NASCENTE/PÔR DO SOL	41667	10
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	41667	8
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	41667	6
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41667	6
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41667	5
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41667	5
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41667	5
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41667	5
63	FHB-DF - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	41667	3
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41667	3
TOTAL POR ITEM			**2026**
Nº 4 - Código: 3.3.90.30.26.111.0247			
CONJUNTO DE PLUG PARA TOMADA, Descrição: confeccionado em material termoplástico, composto de um plug tipo macho padrão 2P+T e um plug tipo fêmea 2P+T, ambos com corrente de 10A, tensão de até 250V, destinado à montagem de extensões elétricas versáteis. - Unidade: Conjunto			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41668	150
4011	SMDF - SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL	41668	150
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41668	144
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41668	120
220	SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL	41668	100
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41668	60
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41668	60
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	41668	50
4001	INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	41668	50
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41668	50
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41668	50
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41668	50
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41668	50
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41668	45
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41668	40
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41668	36
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41668	32
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41668	30
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41668	30

139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41668	24
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41668	24
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41668	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41668	20
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41668	20
413	IPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	41668	16
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41668	15
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41668	15
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41668	15
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41668	12
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41668	12
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41668	12
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41668	12
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41668	10
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41668	10
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41668	10
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41668	10
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41668	10
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41668	10
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41668	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41668	10
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41668	10
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41668	10
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41668	10
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	41668	6
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41668	6
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41668	5
307	RA-JB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO	41668	4
63	FHB-DF - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	41668	3
TOTAL POR ITEM			**1648**

Nº 5 - Código: 3.3.90.30.26.111.0248

PLUG PARA TOMADA, Descrição: tipo fêmea 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, confeccionado em material termoplástico, destinado à montagem de extensões elétricas. - Unidade: Unidade

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	11161	144
220	SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL	11161	100
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	11161	60
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	11161	50
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	11161	50
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	11161	50
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	11161	50
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	11161	50
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	11161	50
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	11161	50
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	11161	50
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	11161	45
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	11161	40
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	11161	36
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	11161	30

132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	11161	30
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	11161	30
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	11161	30
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	11161	30
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	11161	30
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	11161	30
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	11161	30
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	11161	24
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	11161	24
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	11161	20
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	11161	20
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	11161	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	11161	20
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	11161	20
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	11161	20
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	11161	15
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	11161	15
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	11161	15
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	11161	15
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	11161	15
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	11161	12
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	11161	12
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	11161	12
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	11161	10
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	11161	10
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	11161	10
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	11161	10
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	11161	10
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	11161	10
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	11161	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	11161	4
TOTAL POR ITEM			**1418**
Nº 6 - Código: 3.3.90.30.26.111.0249			
PLUG PARA TOMADA, Descrição: tipo macho 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, confeccionado em material termoplástico, destinado à montagem de extensões elétricas. - Unidade: Unidade			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	11159	144
220	SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL	11159	100
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	11159	60
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	11159	50
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	11159	50
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	11159	50
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	11159	50
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	11159	50
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	11159	50
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	11159	50
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	11159	50
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	11159	50
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	11159	45
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	11159	40

300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	11159	36
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	11159	30
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	11159	30
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	11159	30
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	11159	30
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	11159	30
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	11159	30
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	11159	24
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	11159	24
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	11159	24
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	11159	20
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	11159	20
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	11159	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	11159	20
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	11159	20
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	11159	15
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	11159	15
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	11159	15
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	11159	15
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	11159	12
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	11159	12
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	11159	12
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	11159	10
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	11159	10
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	11159	10
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	11159	10
413	IPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	11159	10
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	11159	10
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	11159	10
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	11159	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	11159	4
TOTAL POR ITEM			**1407**
Nº 7 e 19 - Código: 3.3.90.30.26.111.0250			
CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo paralelo, revestimento com capa plástica antichama, 2 condutores, seção nominal de 2x2,5mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m. - Unidade: Rolo			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41669	50
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41669	30
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41669	24
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41669	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41669	20
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41669	20
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41669	20
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41669	15
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41669	15
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41669	15
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41669	12
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41669	10

301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41669	10
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41669	10
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41669	10
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41669	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41669	10
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41669	10
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41669	8
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41669	8
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41669	6
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41669	6
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41669	6
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41669	5
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41669	5
4020	RA-SOL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SOL NASCENTE/PÔR DO SOL	41669	5
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41669	5
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41669	4
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41669	4
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41669	4
4039	SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL DO DISTRITO FEDERAL	41669	3
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41669	3
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41669	3
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41669	2
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41669	2
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41669	2
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41669	2
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41669	2
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41669	2
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41669	2
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41669	2
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41669	2
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41669	2
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41669	2
4001	INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	41669	1
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41669	1
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41669	1
TOTAL POR ITEM			**411**
Nº 8 e 20 - Código: 3.3.90.30.26.111.0251			
CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo paralelo, revestimento com capa plástica antichama, 2 condutores, seção nominal de 2x4mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m. - Unidade: Rolo			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41670	60
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41670	60
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41670	30
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41670	24
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41670	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41670	20
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41670	20
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41670	20
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41670	15
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41670	15

113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41670	15
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41670	10
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41670	10
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41670	10
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41670	10
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41670	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41670	10
4020	RA-SOL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SOL NASCENTE/PÔR DO SOL	41670	10
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41670	9
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41670	9
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41670	9
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41670	8
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41670	7
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41670	6
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41670	6
20	PGDF - PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41670	6
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41670	5
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41670	5
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41670	5
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41670	4
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41670	4
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41670	4
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41670	4
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41670	3
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41670	3
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41670	2
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41670	2
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41670	2
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41670	2
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41670	2
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41670	2
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41670	2
4001	INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	41670	1
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41670	1
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41670	1
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41670	1
TOTAL POR ITEM			**484**
Nº 9 e 21 - Código: 3.3.90.30.26.111.0252			
CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo PP, revestimento com capa plástica antichama, 2 condutores, seção nominal de 2x1,5mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m. - Unidade: Rolo			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41671	60
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41671	36
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41671	30
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41671	30
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41671	24
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41671	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41671	20
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41671	20

142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41671	15
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41671	15
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41671	15
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41671	12
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41671	12
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41671	10
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41671	10
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41671	10
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41671	10
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41671	10
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41671	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41671	10
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41671	8
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41671	6
20	PGDF - PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41671	6
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41671	5
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41671	5
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41671	4
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41671	4
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41671	4
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41671	3
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41671	3
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41671	2
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41671	2
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41671	2
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41671	2
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41671	2
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41671	2
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41671	2
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41671	2
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41671	1
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41671	1
TOTAL POR ITEM			**445**

Nº 10 e 22 - Código: 3.3.90.30.26.111.0253

CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo PP, revestimento com capa plástica antichama, 2 condutores, seção nominal de 2x2,5mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m. - Unidade: Rolo

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41672	60
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41672	60
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41672	36
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41672	30
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41672	24
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41672	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41672	20
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41672	20
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41672	20
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41672	15
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41672	15
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41672	15

148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41672	12
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41672	12
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41672	10
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41672	10
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41672	10
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41672	10
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41672	10
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41672	10
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41672	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41672	10
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41672	8
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41672	7
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41672	6
20	PGDF - PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41672	6
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41672	6
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41672	5
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41672	5
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41672	4
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41672	4
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41672	4
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41672	4
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41672	4
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41672	3
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41672	2
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41672	2
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41672	2
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41672	2
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41672	2
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41672	2
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41672	2
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41672	2
413	IPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	41672	2
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41672	2
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41672	2
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	41672	1
307	RA-JB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO	41672	1
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41672	1
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41672	1
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41672	1
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41672	1
TOTAL POR ITEM			**533**
Nº 11 e 23 - Código: 3.3.90.30.26.111.0254			
CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo PP, revestimento com capa plástica antichama, 3 condutores, seção nominal de 3x2,5mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m. - Unidade: Rolo			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41673	60
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41673	43
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41673	42
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41673	30

145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41673	24
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41673	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41673	20
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41673	20
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41673	20
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41673	20
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41673	15
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41673	15
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41673	15
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41673	12
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41673	12
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41673	12
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41673	10
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41673	10
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41673	10
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41673	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41673	10
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41673	10
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41673	8
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41673	8
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41673	6
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41673	5
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41673	5
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41673	5
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41673	4
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41673	4
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41673	4
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41673	4
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41673	4
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41673	4
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41673	3
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41673	3
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41673	2
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41673	2
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41673	2
63	FHB-DF - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	41673	2
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41673	2
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41673	2
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41673	2
413	IPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	41673	2
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41673	2
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41673	2
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	41673	1
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	41673	1
307	RA-JB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO	41673	1
4001	INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	41673	1
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41673	1
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41673	1
TOTAL POR ITEM			**533**

Nº 12 e 24 - Código: 3.3.90.30.26.111.0255

CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo PP, revestimento com capa plástica antichama, 4 condutores, seção nominal de 4x4mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m. - Unidade: Rolo

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41674	60
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41674	40
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41674	30
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41674	24
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41674	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41674	20
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41674	20
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41674	20
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41674	15
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41674	15
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41674	15
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41674	12
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41674	10
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41674	10
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41674	10
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41674	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41674	10
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41674	10
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41674	8
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41674	7
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41674	6
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41674	5
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41674	5
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41674	5
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41674	5
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41674	4
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41674	4
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41674	4
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41674	4
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41674	4
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41674	3
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41674	3
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41674	2
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41674	2
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41674	2
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41674	2
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41674	2
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41674	2
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41674	2
4001	INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	41674	1
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41674	1
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41674	1
TOTAL POR ITEM			**435**

Nº 13 e 25 - Código: 3.3.90.30.26.111.0256

CABO ELÉTRICO DE COBRE, Descrição: tipo PP, revestimento com capa plástica antichama, 4 condutores, seção nominal de 4x6mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m. - Unidade: Rolo

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41675	60
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41675	46
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41675	30
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41675	24
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41675	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41675	20
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41675	20
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41675	20
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41675	15
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41675	15
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41675	15
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41675	13
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41675	12
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41675	12
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41675	12
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41675	10
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41675	10
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41675	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41675	10
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41675	10
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41675	10
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41675	6
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41675	5
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41675	5
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41675	5
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41675	4
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41675	4
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41675	4
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41675	2
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41675	2
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41675	2
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41675	2
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41675	2
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41675	2
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41675	2
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41675	2
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	41675	1
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41675	1
4001	INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	41675	1
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41675	1
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41675	1
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41675	1
TOTAL POR ITEM			**449**

Nº 14 e 26 - Código: 3.3.90.30.26.111.0257

CABO DE COBRE NU, Descrição: para aterramento, sem revestimento, constituído por condutor de cobre eletrolítico nu, com pureza mínima de 99,9%; composto por 7 fios sólidos, diâmetro individual de 2,06 mm, seção nominal de 25 mm². Unidade de fornecimento: rolo com 10m. - Unidade: Rolo

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41676	60
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41676	50
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41676	30
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41676	20
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41676	20
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41676	16
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41676	15
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41676	10
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41676	10
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41676	10
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41676	10
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41676	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41676	10
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41676	10
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41676	10
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41676	9
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41676	6
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41676	6
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41676	5
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41676	4
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41676	4
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41676	4
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41676	3
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41676	2
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41676	2
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	41676	2
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41676	1
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41676	1
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41676	1
TOTAL POR ITEM			**341**
Nº 15 e 27 - Código: 3.3.90.30.26.111.0258			
HASTE DE ATERRAMENTO, Descrição: núcleo em aço-carbono, revestimento em cobre eletrolítico, com pureza mínima de 99,9%, diâmetro de 5/8" (16mm), com conector. Unidade de fornecimento: barra com 3m. - Unidade: Barra			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	17859	60
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	17859	50
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	17859	40
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	17859	40
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	17859	30
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	17859	30
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	17859	24
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	17859	20
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	17859	20
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	17859	16
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	17859	15
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	17859	15
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	17859	15

72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	17859	15
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	17859	15
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	17859	10
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	17859	10
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	17859	10
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	17859	10
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	17859	8
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	17859	8
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	17859	6
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	17859	6
20	PGDF - PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	17859	5
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	17859	3
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	17859	2
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	17859	2
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	17859	2
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	17859	2
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	17859	1
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	17859	1
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	17859	1
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	17859	1
TOTAL POR ITEM			**493**

Nº 16 e 28- Código: 3.3.90.30.26.111.0259

FIO SÓLIDO DE COBRE, Descrição: tipo rígido, revestimento com capa plástica antichama, seção nominal de 2,5mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m. - Unidade: Rolo

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	11220	60
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	11220	40
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	11220	30
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	11220	26
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	11220	20
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	11220	18
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	11220	16
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	11220	15
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	11220	12
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	11220	12
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	11220	10
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	11220	10
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	11220	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	11220	10
4020	RA-SOL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SOL NASCENTE/PÔR DO SOL	11220	10
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	11220	10
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	11220	10
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	11220	8
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	11220	6
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	11220	6
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	11220	6
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	11220	6
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	11220	6

132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	11220	5
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	11220	5
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	11220	5
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	11220	4
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	11220	4
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	11220	4
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	11220	3
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	11220	3
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	11220	3
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	11220	2
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	11220	2
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	11220	2
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	11220	2
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	11220	2
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	11220	2
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	11220	1
TOTAL POR ITEM			**406**

Nº 17 e 29- Código: 3.3.90.30.26.111.0260

FIO SÓLIDO DE COBRE, Descrição: de tipo rígido, revestimento com capa plástica antichama, seção nominal de 4mm², cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com 100m. - Unidade: Rolo

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	11218	60
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	11218	30
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	11218	30
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	11218	20
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	11218	16
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	11218	15
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	11218	12
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	11218	10
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	11218	10
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	11218	10
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	11218	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	11218	10
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	11218	10
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	11218	10
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	11218	10
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	11218	6
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	11218	6
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	11218	6
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	11218	6
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	11218	6
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	11218	5
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	11218	4
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	11218	4
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	11218	3
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	11218	3
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	11218	2
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	11218	2
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	11218	2

134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	11218	2
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	11218	2
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	11218	2
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	11218	2
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	11218	1
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	11218	1
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	11218	1
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	11218	1
TOTAL POR ITEM			**330**

Nº 18 e 30 - Código: 3.3.90.30.26.111.0261

FIO SÓLIDO DE COBRE, Descrição: tipo rígido, revestimento com capa plástica antichama, seção nominal de 6mm², cor a escolher, Unidade de fornecimento: rolo com 100m. - Unidade: Rolo

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	11222	60
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	11222	30
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	11222	20
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	11222	20
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	11222	20
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	11222	16
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	11222	15
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	11222	13
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	11222	12
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	11222	12
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	11222	10
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	11222	10
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	11222	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	11222	10
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	11222	10
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	11222	8
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	11222	6
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	11222	6
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	11222	6
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	11222	6
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	11222	6
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	11222	5
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	11222	4
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	11222	4
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	11222	4
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	11222	3
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	11222	3
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	11222	2
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	11222	2
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	11222	2
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	11222	2
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	11222	2
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	11222	2
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	11222	1
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	11222	1
TOTAL POR ITEM			**343**

Nº 31 e 55 - Código: 3.3.90.30.26.111.0262

CANALETA, Descrição: para passagem de fios, confeccionado em material termoplástico, lisa e fechada, para instalação aparente, com fita adesiva dupla face para fixação, medindo no mínimo 20mm largura x 20mm altura. Unidade de fornecimento: barra com comprimento mínimo de 2m. - Unidade: Barra

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41677	300
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41677	252
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41677	200
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41677	200
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41677	200
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41677	122
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41677	120
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41677	100
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41677	100
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41677	100
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41677	100
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41677	96
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41677	60
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41677	60
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41677	50
220	SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL	41677	50
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41677	50
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41677	50
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41677	50
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41677	50
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41677	50
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41677	50
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41677	50
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41677	48
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41677	36
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41677	30
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41677	30
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	41677	30
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41677	30
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41677	30
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41677	30
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41677	24
4001	INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	41677	20
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41677	20
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41677	20
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41677	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41677	20
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41677	20
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41677	18
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41677	15
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41677	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41677	10
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41677	10
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41677	6
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	41677	5

4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41677	5
TOTAL POR ITEM			**2947**

Nº 32 e 56 - Código: 3.3.90.30.26.111.0263

CANALETA, Descrição: para passagem de fios, confeccionado em material termoplástico, lisa e fechada, com divisórias internas, para instalação aparente, com fita adesiva dupla face para fixação, medindo no mínimo 50mm de largura x 20mm de altura. Unidade de fornecimento: barra com comprimento mínimo de 2m. - Unidade: Barra

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	11180	300
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	11180	252
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	11180	200
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	11180	200
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	11180	110
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	11180	100
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	11180	100
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	11180	100
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	11180	100
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	11180	96
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	11180	61
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	11180	60
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	11180	50
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	11180	50
220	SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL	11180	50
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	11180	50
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	11180	50
20	PGDF - PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	11180	50
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	11180	50
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	11180	50
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	11180	50
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	11180	50
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	11180	48
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	11180	36
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	11180	30
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	11180	30
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	11180	30
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	11180	30
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	11180	30
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	11180	30
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	11180	25
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	11180	24
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	11180	24
4001	INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	11180	20
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	11180	20
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	11180	20
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	11180	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	11180	20
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	11180	15
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	11180	12
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	11180	10
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	11180	10

304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	11180	10
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	11180	10
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	11180	10
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	11180	6
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	11180	6
TOTAL POR ITEM			**2705**

Nº 33 e 57 - Código: 3.3.90.30.26.111.0264

CANALETA, Descrição: para passagem de fios, confeccionado em PVC rígido, lisa e fechada, para instalação aparente, medindo no mínimo 50mm largura x 35mm altura. Unidade de fornecimento: barra com comprimento mínimo de 2m. - Unidade: Barra

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	11179	300
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	11179	252
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	11179	200
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	11179	200
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	11179	100
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	11179	100
4039	SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL DO DISTRITO FEDERAL	11179	100
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	11179	100
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	11179	96
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	11179	89
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	11179	60
20	PGDF - PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	11179	60
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	11179	60
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	11179	50
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	11179	50
220	SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL	11179	50
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	11179	50
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	11179	50
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	11179	50
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	11179	50
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	11179	50
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	11179	48
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	11179	36
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	11179	30
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	11179	30
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	11179	30
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	11179	30
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	11179	30
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	11179	25
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	11179	24
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	11179	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	11179	20
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	11179	10
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	11179	10
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	11179	10
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	11179	10
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	11179	10
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	11179	10
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	11179	6

304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	11179	6
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	11179	4
TOTAL POR ITEM			**2516**

Nº 34 e 58 - Código: 3.3.90.30.26.111.0265

DISJUNTOR UNIPOLAR, Descrição: padrão DIN, tensão de operação mínima de 230V, frequência 50/60Hz, com capacidade de interrupção adequada às normas técnicas aplicáveis (NBR/IEC), corrente nominal a ser definida conforme necessidade da Administração, disponível nas seguintes opções: 10A, 16A, 20A, 25A, 32A, 40A, 50A e 63A, destinado à proteção de circuitos elétricos de baixa tensão. - Unidade: Unidade

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41678	200
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41678	200
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41678	200
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41678	200
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41678	150
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41678	130
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41678	100
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41678	100
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41678	80
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41678	78
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41678	60
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41678	60
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41678	56
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41678	50
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41678	40
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41678	40
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41678	36
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41678	35
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41678	30
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41678	26
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41678	26
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41678	24
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41678	24
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41678	24
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41678	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41678	20
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41678	20
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41678	20
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41678	16
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41678	15
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41678	15
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41678	10
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41678	10
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41678	10
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41678	10
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41678	10
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41678	10
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41678	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41678	10
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41678	10
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41678	8

148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41678	6
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41678	6
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41678	6
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41678	5
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41678	5
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41678	5
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41678	5
4020	RA-SOL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SOL NASCENTE/PÔR DO SOL	41678	5
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	41678	4
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41678	4
TOTAL POR ITEM			**2244**

Nº 35 e 59 - Código: 3.3.90.30.26.111.0266

DISJUNTOR BIPOLAR, Descrição: padrão DIN, tensão de operação mínima de 400V, frequência 50/60Hz, com capacidade de interrupção adequada às normas técnicas aplicáveis (NBR/IEC), corrente nominal a ser definida conforme necessidade da Administração, disponível nas seguintes opções: 10A, 16A, 20A, 25A, 32A, 40A, 50A e 63A, destinado à proteção de circuitos elétricos bifásicos em instalações de entrada e distribuição de energia. - Unidade: Unidade

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41679	160
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41679	100
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41679	60
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41679	56
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41679	50
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41679	45
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41679	40
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41679	40
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41679	36
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41679	30
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41679	30
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41679	30
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41679	24
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41679	20
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41679	20
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41679	16
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41679	16
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41679	10
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41679	10
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41679	10
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41679	10
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41679	10
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41679	10
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41679	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41679	10
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41679	10
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41679	10
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41679	8
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41679	8
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41679	6
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41679	6
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41679	6
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41679	6

4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41679	6
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41679	6
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41679	5
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41679	5
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41679	4
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41679	3
TOTAL POR ITEM			**942**

Nº 36 e 60 - Código: 3.3.90.30.26.111.0267

DISJUNTOR TRIPOLAR, Descrição: padrão DIN, tensão de operação mínima de 400V, frequência 50/60Hz, com capacidade de interrupção adequada às normas técnicas aplicáveis (NBR/IEC), corrente nominal a ser definida conforme necessidade da Administração, disponível nas seguintes opções: 16A, 20A, 25A, 32A, 40A, 50A, 63A e 100A, destinado à proteção de circuitos elétricos trifásicos em instalações de entrada e distribuição de energia. - Unidade: Unidade

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41680	200
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41680	160
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41680	100
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41680	70
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41680	60
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41680	60
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41680	56
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41680	50
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41680	40
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41680	36
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41680	30
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41680	30
63	FHB-DF - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	41680	25
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41680	24
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41680	20
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41680	20
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41680	20
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41680	16
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41680	15
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41680	11
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41680	10
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41680	10
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41680	10
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41680	10
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41680	10
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41680	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41680	10
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41680	10
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41680	8
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41680	7
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41680	6
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41680	6
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41680	6
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41680	6
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41680	6
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41680	6
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41680	5
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41680	5

150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41680	5
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41680	5
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41680	4
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41680	3
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	41680	3
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41680	3
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41680	2
TOTAL POR ITEM			**1209**

Nº 37 e 61 - Código: 3.3.90.30.26.111.0268

FITA ADESIVA ISOLANTE, Descrição: confeccionada em PVC, com adesivo à base de resina de borracha, na cor preta, medidas mínimas de 18 mm de largura e 0,13mm de espessura, propriedade antichama, indicada para isolamento elétrico em fios e cabos, bem como para pequenos reparos em instalações elétricas. Unidade de fornecimento: rolo com comprimento mínimo de 10m. - Unidade: Rolo

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41681	1000
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41681	500
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41681	350
54	PMDF - POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	41681	325
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41681	300
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41681	300
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41681	300
20	PGDF - PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41681	250
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41681	240
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41681	225
220	SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL	41681	200
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41681	156
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41681	150
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41681	150
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41681	125
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41681	120
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41681	120
401	DPDF - DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41681	106
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41681	100
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41681	100
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41681	100
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41681	100
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41681	100
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41681	100
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41681	100
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41681	96
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41681	60
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41681	60
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41681	60
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41681	50
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41681	50
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41681	50
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41681	50
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41681	50
4020	RA-SOL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SOL NASCENTE/PÔR DO SOL	41681	50
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41681	48
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41681	48

147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41681	48
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41681	46
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41681	40
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41681	40
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41681	40
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41681	40
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41681	36
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41681	36
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41681	30
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41681	30
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41681	30
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41681	30
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41681	30
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41681	30
63	FHB-DF - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	41681	25
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	41681	24
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41681	24
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41681	24
151	ARPDF - ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL	41681	24
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41681	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41681	20
4009	SETUR - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL	41681	20
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41681	20
4039	SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL DO DISTRITO FEDERAL	41681	20
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41681	20
413	IPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	41681	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41681	20
4015	SEAC - SECRETARIA DE ESTADO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41681	20
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41681	20
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41681	15
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	41681	12
4001	INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	41681	10
15	PROCON-DF - INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO DISTRITO FEDERAL	41681	10
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41681	5
307	RA-JB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO	41681	4
TOTAL POR ITEM			**7172**
Nº 38 e 62 - Código: 3.3.90.30.26.111.0269			
FUSÍVEL, Descrição: limitador de corrente de alta tensão, tipo HH, conforme norma DIN, capacidade de ruptura de 31,5 kA, tensão de 15/17,5, corrente nominal de acordo com a necessidade da Administração, disponível nas opções: 10A, 15A, 20A, 25A, 40A e 63A, comprimento médio entre contatos de 325mm, destinado à proteção de equipamentos elétricos. - Unidade: Unidade			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
220	SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL	41682	50
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41682	40
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41682	36
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41682	30
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41682	30
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41682	16
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41682	15
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41682	12
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41682	12

4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41682	10
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41682	10
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41682	10
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41682	10
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41682	10
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41682	8
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41682	7
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41682	6
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41682	5
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41682	2
TOTAL POR ITEM			**319**

Nº 39 e 63 - Código: 3.3.90.30.26.111.0270

GUIA PASSA FIO, Descrição: confeccionada em alma de aço, com pontas metálicas arredondadas que evita o travamento em tubulações, com no mínimo de 3,6mm de diâmetro indicada para passagem de cabos e fios em tubulações. Unidade de fornecimento: rolo com no mínimo 30m de comprimento. - Unidade: Rolo

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41683	20
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41683	20
220	SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL	41683	20
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41683	20
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41683	20
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41683	20
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41683	20
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41683	16
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41683	16
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41683	14
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41683	12
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41683	12
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41683	10
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41683	10
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41683	10
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41683	10
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41683	10
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41683	10
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41683	7
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41683	6
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41683	6
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41683	6
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41683	5
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41683	5
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41683	5
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41683	5
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41683	5
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41683	4
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41683	4
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41683	4
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41683	4
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41683	4
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41683	4
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41683	3
4039	SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL DO DISTRITO FEDERAL	41683	3
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41683	3

4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41683	2
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41683	2
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41683	2
4001	INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	41683	2
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41683	2
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41683	2
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41683	2
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41683	2
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41683	2
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41683	2
4020	RA-SOL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SOL NASCENTE/PÔR DO SOL	41683	2
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	41683	1
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41683	1
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41683	1
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41683	1
TOTAL POR ITEM			**379**

Nº 40 e 64 - Código: 3.3.90.30.26.111.0271

INTERRUPTOR DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 01 tecla simples, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação. - Unidade: Unidade

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41684	300
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41684	110
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41684	100
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41684	96
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41684	60
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41684	60
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41684	51
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41684	50
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41684	50
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41684	40
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41684	40
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41684	32
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41684	30
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41684	30
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41684	30
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41684	30
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41684	30
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41684	30
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41684	25
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41684	24
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41684	24
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41684	24
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41684	20
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41684	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41684	20
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41684	20
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41684	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41684	20

480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41684	20
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41684	20
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41684	20
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41684	20
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41684	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41684	20
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41684	20
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41684	18
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41684	16
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41684	15
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41684	13
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41684	12
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41684	10
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41684	10
4001	INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	41684	10
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41684	10
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41684	10
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41684	10
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41684	8
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41684	8
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41684	6
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41684	5
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41684	5
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41684	2
TOTAL POR ITEM			**1694**

Nº 41 e 65 - Código: 3.3.90.30.26.111.0272

INTERRUPTOR DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 02 teclas simples, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação. - Unidade: Unidade

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41685	156
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41685	150
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41685	96
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41685	60
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41685	51
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41685	50
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41685	50
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41685	50
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41685	40
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41685	40
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41685	32
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41685	30
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41685	30
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41685	30
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41685	30
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41685	30
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41685	30
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41685	26
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41685	24
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41685	24

147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41685	24
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41685	21
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41685	20
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41685	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41685	20
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41685	20
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41685	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41685	20
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41685	20
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41685	20
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41685	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41685	20
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41685	20
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41685	20
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41685	15
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41685	15
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41685	12
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41685	12
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41685	12
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41685	10
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41685	10
4001	INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	41685	10
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41685	10
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41685	6
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41685	6
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41685	5
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41685	5
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41685	4
TOTAL POR ITEM			**1446**

Nº 42 e 66 - Código: 3.3.90.30.26.111.0273

INTERRUPTOR DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 03 teclas simples, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação. - Unidade: Unidade

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41686	156
20	PGDF - PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41686	100
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41686	96
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41686	60
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41686	50
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41686	50
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41686	45
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41686	40
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41686	40
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41686	32
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41686	30
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41686	30
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41686	30
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41686	30
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41686	30
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41686	30
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41686	30

148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41686	24
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41686	24
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41686	20
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41686	20
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41686	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41686	20
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41686	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41686	20
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41686	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41686	20
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41686	20
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41686	15
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41686	12
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41686	12
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41686	12
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41686	10
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41686	10
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41686	10
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41686	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41686	10
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41686	10
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41686	10
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41686	8
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41686	6
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41686	5
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41686	5
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41686	4
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41686	4
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41686	4
TOTAL POR ITEM			**1264**
Nº 43 e 67 - Código: 3.3.90.30.26.111.0274			
INTERRUPTOR DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 01 tecla simples e 01 tomada tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação. - Unidade: Unidade			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41687	156
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41687	96
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41687	60
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41687	50
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41687	50
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41687	40
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41687	40
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41687	40
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41687	33
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41687	32
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41687	30
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41687	30
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41687	30
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41687	30
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41687	30

113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41687	30
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41687	26
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41687	24
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41687	24
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41687	20
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41687	20
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41687	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41687	20
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41687	20
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41687	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41687	20
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41687	20
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41687	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41687	20
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41687	20
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41687	16
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41687	15
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41687	15
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41687	15
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41687	12
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41687	10
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41687	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41687	10
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41687	8
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41687	6
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41687	6
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41687	6
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41687	5
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41687	5
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41687	5
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41687	2
TOTAL POR ITEM			**1217**
Nº 44 e 68 - Código: 3.3.90.30.26.111.0275			
INTERRUPTOR DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 02 teclas simples e 01 tomada tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação. - Unidade: Unidade			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41688	156
20	PGDF - PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41688	100
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41688	96
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41688	60
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41688	50
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41688	50
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41688	40
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41688	40
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41688	32
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41688	30
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41688	30
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41688	30
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41688	30

4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41688	30
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41688	30
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41688	24
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41688	24
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41688	20
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41688	20
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41688	20
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41688	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41688	20
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41688	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41688	20
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41688	20
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41688	20
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41688	20
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41688	20
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41688	15
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41688	15
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41688	15
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41688	13
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41688	12
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41688	10
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41688	10
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41688	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41688	10
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41688	10
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41688	10
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41688	9
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41688	8
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41688	6
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41688	5
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41688	5
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41688	5
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41688	4
TOTAL POR ITEM			**1244**
Nº 45 e 69 - Código: 3.3.90.30.26.111.0276			
INTERRUPTOR DE SOBREPOR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, com 01 tecla simples, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação. - Unidade: Unidade			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41689	200
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41689	96
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41689	75
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41689	60
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41689	60
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41689	51
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41689	50
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41689	40
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41689	32
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41689	30
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41689	30

133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41689	30
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41689	30
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41689	24
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41689	24
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41689	24
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41689	20
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41689	20
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41689	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41689	20
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41689	20
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41689	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41689	20
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41689	20
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41689	20
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41689	20
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41689	20
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41689	20
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41689	18
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41689	15
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41689	15
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41689	15
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41689	12
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41689	12
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41689	10
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41689	10
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41689	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41689	10
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41689	10
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41689	10
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41689	10
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41689	6
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41689	5
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41689	5
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41689	4
TOTAL POR ITEM			**1273**
Nº 46 e 70 - Código: 3.3.90.30.26.111.0277			
INTERRUPTOR DE SOBREPOR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, com 02 teclas simples, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação. - Unidade: Unidade			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41690	108
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41690	96
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41690	75
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41690	60
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41690	50
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41690	50
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41690	40
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41690	32
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41690	30
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41690	30

4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41690	30
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41690	30
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41690	30
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41690	24
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41690	24
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41690	24
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41690	20
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41690	20
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41690	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41690	20
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41690	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41690	20
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41690	20
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41690	20
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41690	20
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41690	20
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41690	15
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41690	15
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41690	12
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41690	12
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41690	12
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41690	10
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41690	10
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41690	10
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41690	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41690	10
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41690	10
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41690	9
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41690	6
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41690	5
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41690	5
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41690	5
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41690	2
TOTAL POR ITEM			**1091**
Nº 47 e 71 - Código: 3.3.90.30.26.111.0278			
INTERRUPTOR DE SOBREPOR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, com 01 tecla simples e 01 tomada tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação. - Unidade: Unidade			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41691	156
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41691	96
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41691	60
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41691	60
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41691	50
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41691	50
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41691	40
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41691	32
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41691	30
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41691	30
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41691	30

113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41691	30
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41691	24
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41691	24
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41691	24
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41691	20
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41691	20
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41691	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41691	20
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41691	20
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41691	20
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41691	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41691	20
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41691	20
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41691	20
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41691	20
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41691	15
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41691	15
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41691	15
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41691	15
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41691	12
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41691	12
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41691	10
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41691	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41691	10
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41691	10
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41691	10
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41691	10
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41691	10
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41691	6
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41691	5
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41691	5
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41691	4
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41691	2
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41691	2
TOTAL POR ITEM			**1134**
Nº 48 e 72- Código: 3.3.90.30.26.111.0279			
TOMADA DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 01 tomada tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação. - Unidade: Unidade			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41695	400
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41695	108
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41695	100
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41695	100
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41695	100
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41695	96
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41695	70
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41695	50
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41695	50
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41695	45
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41695	40

305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41695	36
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41695	32
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41695	30
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41695	30
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41695	30
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41695	24
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41695	24
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41695	24
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41695	20
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41695	20
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41695	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41695	20
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41695	20
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41695	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41695	20
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41695	20
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41695	20
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41695	20
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41695	20
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41695	20
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41695	16
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41695	15
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41695	15
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41695	15
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41695	15
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41695	15
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41695	13
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41695	12
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41695	10
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41695	10
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41695	10
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41695	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41695	10
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41695	10
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41695	6
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41695	5
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41695	5
TOTAL POR ITEM			**1821**
Nº 49 e 73 - Código: 3.3.90.30.26.111.0280			
TOMADA DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 02 tomadas tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação. - Unidade: Unidade			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41696	250
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41696	130
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41696	108
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41696	100
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41696	100
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41696	100
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41696	96

72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41696	60
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41696	51
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41696	50
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41696	45
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41696	40
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41696	40
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41696	32
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41696	30
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41696	30
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41696	30
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41696	30
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41696	26
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41696	24
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41696	24
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41696	24
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41696	24
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41696	21
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41696	20
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41696	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41696	20
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41696	20
4001	INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	41696	20
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41696	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41696	20
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41696	20
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41696	20
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41696	20
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41696	20
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41696	15
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41696	15
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41696	15
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41696	12
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41696	12
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41696	10
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41696	10
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41696	10
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41696	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41696	10
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41696	10
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41696	10
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41696	6
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41696	5
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41696	5
TOTAL POR ITEM			**1840**
Nº 50 e 74 - Código: 3.3.90.30.26.111.0281			
TOMADA DE EMBUTIR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, placa padrão de 4x2, com 03 tomadas tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação. - Unidade: Unidade			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41697	250

4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41697	156
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41697	100
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41697	100
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41697	100
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41697	60
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41697	51
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41697	50
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41697	45
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41697	40
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41697	32
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41697	30
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41697	30
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41697	30
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41697	30
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41697	30
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41697	24
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41697	24
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41697	24
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41697	20
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41697	20
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41697	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41697	20
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41697	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41697	20
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41697	20
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41697	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41697	20
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41697	20
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41697	16
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41697	15
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41697	12
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41697	12
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41697	10
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41697	10
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41697	10
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41697	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41697	10
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41697	10
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41697	6
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41697	6
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41697	5
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41697	5
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41697	4
TOTAL POR ITEM			**1547**
Nº 51 e 75 - Código: 3.3.90.30.26.111.0282			
TOMADA DE SOBREPOR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, com 01 tomada tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação. - Unidade: Unidade			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	11174	300

391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	11174	300
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	11174	156
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	11174	100
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	11174	100
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	11174	96
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	11174	50
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	11174	50
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	11174	50
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	11174	50
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	11174	50
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	11174	40
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	11174	40
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	11174	33
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	11174	32
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	11174	30
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	11174	30
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	11174	30
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	11174	30
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	11174	30
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	11174	24
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	11174	24
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	11174	20
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	11174	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	11174	20
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	11174	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	11174	20
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	11174	20
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	11174	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	11174	20
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	11174	15
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	11174	15
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	11174	12
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	11174	10
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	11174	10
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	11174	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	11174	10
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	11174	10
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	11174	6
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	11174	6
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	11174	5
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	11174	5
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	11174	5
TOTAL POR ITEM			**1924**
Nº 52 e 76 - Código: 3.3.90.30.26.111.0283			
TOMADA DE SOBREPOR, Descrição: confeccionado em material termoplástico, na cor branca, com 02 tomadas tipo 2P+T, corrente de 10A, tensão de até 250V, acompanha parafusos para fixação. - Unidade: Unidade			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	14847	156
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	14847	155

70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	14847	150
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	14847	120
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	14847	100
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	14847	100
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	14847	96
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	14847	51
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	14847	50
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	14847	50
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	14847	50
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	14847	50
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	14847	40
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	14847	40
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	14847	32
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	14847	30
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	14847	30
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	14847	30
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	14847	30
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	14847	30
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	14847	24
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	14847	24
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	14847	24
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	14847	20
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	14847	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	14847	20
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	14847	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	14847	20
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	14847	20
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	14847	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	14847	20
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	14847	15
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	14847	15
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	14847	12
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	14847	10
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	14847	10
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	14847	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	14847	10
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	14847	10
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	14847	10
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	14847	10
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	14847	10
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	14847	6
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	14847	5
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	14847	5
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	14847	4
TOTAL POR ITEM			**1764**
Nº 53 e 77 - Código: 3.3.90.30.26.111.0284			
PLACA CEGA, Descrição: confeccionado em material termoplástico, formato padrão 4x2, cor branca, com suporte, acompanha parafusos para fixação. - Unidade: Unidade			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**

70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41700	250
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41700	100
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41700	60
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41700	51
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41700	50
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41700	50
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41700	50
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41700	50
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41700	40
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41700	36
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41700	32
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41700	30
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41700	30
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41700	30
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41700	30
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41700	30
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41700	26
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41700	24
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41700	20
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41700	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41700	20
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41700	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41700	20
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41700	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41700	20
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41700	20
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41700	18
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41700	15
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41700	15
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41700	15
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41700	12
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41700	12
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41700	10
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41700	10
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41700	10
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41700	10
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41700	10
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41700	6
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41700	5
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41700	5
TOTAL POR ITEM			**1282**
Nº 54 e 78 - Código: 3.3.90.30.26.111.0285			
PLACA CEGA, Descrição: confeccionado em material termoplástico, formato padrão 4x4, cor branca, com suporte, acompanha parafusos para fixação. - Unidade: Unidade			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41701	150
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41701	100
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41701	51
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41701	50

94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41701	50
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41701	40
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41701	36
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41701	32
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41701	30
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41701	30
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41701	30
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41701	30
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41701	30
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41701	24
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41701	20
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41701	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41701	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41701	20
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41701	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41701	20
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41701	20
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41701	18
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41701	12
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41701	10
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41701	10
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	41701	10
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41701	10
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41701	10
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41701	8
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41701	6
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41701	6
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41701	6
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41701	5
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41701	5
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41701	5
TOTAL POR ITEM			**944**
Nº 79 e 88 - Código: 3.3.90.30.26.111.0286			
MANGUEIRA DE LED, Descrição: tipo neon, alto brilho, à prova d'água, grau de proteção mínimo de IP67, 220V ou bivolt, vida útil mínima de 40.000 horas, cor a escolher. Unidade de fornecimento: rolo com comprimento mínimo de 100m. - Unidade: Rolo			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	17858	50
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	17858	48
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	17858	40
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	17858	30
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	17858	23
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	17858	20
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	17858	12
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	17858	12
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	17858	12
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	17858	10
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	17858	10
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	17858	10
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	17858	10
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	17858	10

4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	17858	10
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	17858	6
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	17858	5
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	17858	5
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	17858	5
4009	SETUR - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL	17858	4
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	17858	4
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	17858	4
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	17858	2
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	17858	2
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	17858	2
63	FHB-DF - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	17858	2
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	17858	1
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	17858	1
TOTAL POR ITEM			**350**

Nº 80 e 89 - Código: 3.3.90.30.26.111.0287

PILHA ALCALINA, Descrição: formato padrão AAA, tensão nominal mínima de 1,2V, isenta de metais pesados como mercúrio e cádmio. Unidade de Fornecimento: pacote com 2 unidades. - Unidade: Pacote

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
60	SES - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	41705	44221
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41705	1280
52	PCDF - POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41705	1200
54	PMDF - POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	41705	1200
53	CBMDF - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	41705	1050
55	DETRAN - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL	41705	1000
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41705	1000
64	FEPECS - FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	41705	780
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41705	600
4011	SMDF - SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL	41705	600
401	DPDF - DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41705	510
63	FHB-DF - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	41705	504
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41705	352
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41705	222
4039	SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL DO DISTRITO FEDERAL	41705	200
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41705	150
220	SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL	41705	150
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41705	125
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41705	120
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41705	100
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41705	100
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41705	100
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41705	96
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41705	80
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41705	80
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41705	75
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41705	60
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41705	50
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41705	50
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41705	50
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41705	50
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41705	50

196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41705	50
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41705	50
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41705	48
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41705	40
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41705	36
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41705	36
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41705	35
4009	SETUR - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL	41705	30
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41705	30
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41705	30
4015	SEAC - SECRETARIA DE ESTADO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41705	30
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41705	24
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41705	24
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41705	24
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41705	24
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	41705	22
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41705	20
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41705	20
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41705	20
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41705	20
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41705	20
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41705	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41705	20
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	41705	16
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41705	16
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41705	15
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41705	12
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41705	12
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41705	10
4001	INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	41705	10
TOTAL POR ITEM			**56969**

Nº 81 e 90- Código: 3.3.90.30.26.111.0288

PILHA ALCALINA, Descrição: formato padrão AA, tensão nominal mínima de 1,2V, isenta de metais pesados como mercúrio e cádmio. Unidade de Fornecimento: pacote com 2 unidades. - Unidade: Pacote

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
60	SES - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	41706	67816
53	CBMDF - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	41706	1650
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41706	1340
52	PCDF - POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41706	1200
55	DETRAN - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL	41706	1000
54	PMDF - POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	41706	1000
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41706	600
401	DPDF - DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41706	405
64	FEPECS - FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	41706	368
4039	SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL DO DISTRITO FEDERAL	41706	360
63	FHB-DF - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	41706	336
4011	SMDF - SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL	41706	270
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41706	222
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41706	202
220	SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL	41706	200

113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41706	150
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41706	120
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41706	120
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41706	100
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41706	100
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41706	100
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41706	100
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41706	100
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41706	100
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41706	80
151	ARPDF - ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL	41706	72
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41706	55
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41706	50
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41706	50
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41706	48
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41706	40
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41706	38
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41706	36
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41706	36
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41706	36
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41706	35
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41706	30
4009	SETUR - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL	41706	30
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41706	30
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41706	30
4001	INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	41706	25
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41706	25
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41706	24
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41706	24
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41706	24
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41706	20
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41706	20
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41706	20
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41706	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41706	20
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41706	16
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41706	15
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41706	12
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41706	12
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41706	12
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41706	12
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41706	10
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41706	10
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	41706	10
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41706	10
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41706	10
TOTAL POR ITEM			**79006**
Nº 82 e 91 - Código: 3.3.90.30.26.111.0289			
PILHA RECARREGÁVEL, Descrição: tipo Ni-MH, formato padrão AAA, tensão nominal mínima de 1,2V, isenta de metais pesados como cádmio e mercúrio. Unidade de fornecimento: pacote com 02 unidades. - Unidade: Pacote			

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
52	PCDF - POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	11215	1000
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	11215	300
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	11215	222
220	SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL	11215	200
63	FHB-DF - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	11215	144
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	11215	120
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	11215	100
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	11215	100
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	11215	100
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	11215	80
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	11215	60
4011	SMDF - SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL	11215	60
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	11215	50
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	11215	50
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	11215	40
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	11215	30
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	11215	25
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	11215	25
151	ARPDF - ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL	11215	24
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	11215	24
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	11215	20
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	11215	20
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	11215	20
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	11215	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	11215	20
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	11215	16
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	11215	15
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	11215	15
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	11215	12
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	11215	12
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	11215	12
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	11215	10
4039	SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL DO DISTRITO FEDERAL	11215	10
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	11215	10
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	11215	10
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	11215	10
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	11215	8
413	IPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	11215	8
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	11215	6
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	11215	6
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	11215	6
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	11215	4
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	11215	4
TOTAL POR ITEM			**3028**
Nº 83 e 92 - Código: 3.3.90.30.26.111.0290			
CARREGADOR DE PILHA, Descrição: compatível com pilha recarregável no formato AA/AAA e bateria de 9V, com capacidade de, no mínimo, 04 pilhas, com indicador de carregamento, voltagem de 220V ou bivolt. - Unidade: Unidade			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
52	PCDF - POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41707	200

220	SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL	41707	100
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41707	74
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41707	60
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41707	50
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41707	50
4011	SMDF - SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL	41707	30
63	FHB-DF - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	41707	26
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41707	24
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41707	20
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41707	20
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41707	16
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41707	16
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41707	15
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41707	10
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41707	10
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41707	10
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41707	10
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41707	10
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41707	10
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41707	10
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41707	10
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41707	8
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41707	7
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41707	6
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41707	6
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41707	5
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41707	5
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41707	5
151	ARPDF - ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL	41707	4
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41707	4
4039	SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL DO DISTRITO FEDERAL	41707	4
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41707	4
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41707	4
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41707	3
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41707	3
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41707	2
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41707	2
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41707	2
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41707	2
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41707	2
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41707	2
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	41707	1
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41707	1
TOTAL POR ITEM			**863**
Nº 84 e 93 - Código: 3.3.90.30.26.111.0291			
RELÊ FOTOELÉTRICO, Descrição: sensor automático para acionamento de lâmpadas em função da luminosidade do ambiente, liga ao anoitecer e desliga ao amanhecer; capacidade de carga de até 1000W, voltagem de 220V ou bivolt, grau de proteção mínimo de IP67, indicado para iluminação de prédios, fachadas, painéis e postes. - Unidade: Unidade			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41708	250

142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41708	180
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41708	100
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41708	100
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41708	100
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41708	60
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41708	50
220	SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL	41708	50
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41708	50
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41708	50
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41708	40
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41708	36
20	PGDF - PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41708	30
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41708	30
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41708	25
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41708	20
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41708	20
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41708	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41708	20
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41708	20
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41708	20
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41708	16
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41708	15
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41708	12
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41708	12
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41708	10
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41708	10
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41708	8
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41708	6
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41708	6
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41708	3
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41708	2
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41708	1
TOTAL POR ITEM			**1372**

Nº 85 e 94 - Código: 3.3.90.30.26.111.0292

SOQUETE, Descrição: confeccionado em material termoplástico, tipo antivibratório, adequado para lâmpadas tubular com base G-13 e diâmetro de T8/T10, tensão nominal de até 250 V. - Unidade: Unidade

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41709	1500
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41709	290
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41709	150
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41709	100
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41709	100
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41709	100
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41709	100
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41709	100
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41709	100
4031	IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41709	100
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41709	100
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41709	80
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41709	60
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41709	50

306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41709	50
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41709	50
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41709	50
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41709	50
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41709	30
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41709	30
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41709	30
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41709	24
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41709	20
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41709	20
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41709	20
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41709	20
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41709	18
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41709	16
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41709	16
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41709	12
4000	SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41709	12
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41709	10
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41709	10
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41709	6
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41709	1
TOTAL POR ITEM			**3425**
Nº 86 e 95 - Código: 3.3.90.30.26.111.0293			
SOQUETE, Descrição: confeccionado em material termoplástico, para lâmpadas com base E-27, tensão nominal de até 250V, equipado com rabicho para conexão elétrica. - Unidade: Unidade			
UO	**Órgão**	**Código do item no PCA**	**Soma de Qtd solicitada**
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	11208	500
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	11208	200
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	11208	112
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	11208	100
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	11208	100
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	11208	100
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	11208	100
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	11208	60
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	11208	50
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	11208	50
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	11208	50
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	11208	50
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	11208	50
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	11208	50
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	11208	50
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	11208	40
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	11208	36
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	11208	36
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	11208	35
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	11208	30
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	11208	30
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	11208	30
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	11208	30

480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	11208	30
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	11208	25
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	11208	20
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	11208	20
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	11208	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	11208	20
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	11208	16
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	11208	16
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	11208	15
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	11208	15
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	11208	15
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	11208	12
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	11208	12
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	11208	6
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	11208	6
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	11208	1
TOTAL POR ITEM			**2138**

Nº 87 e 96 - Código: 3.3.90.30.26.111.0294

TERMINAL, Descrição: tipo olhal anel isolado, confeccionado em cobre eletrolítico estanhado, indicado para terminação de cabos e fios elétricos de seção nominal entre 4,0 mm² e 6,0 mm², com capa plástica de isolação para proteção da região de conexão entre condutor e terminal, garantindo melhor segurança e fixação. - Unidade: Unidade

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41710	1200
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41710	600
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41710	500
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	41710	300
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41710	250
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41710	241
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41710	220
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41710	200
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41710	200
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	41710	200
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41710	100
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41710	100
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41710	100
139	RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	41710	96
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41710	80
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41710	60
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41710	50
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41710	50
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41710	50
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41710	50
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41710	50
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41710	50
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41710	50
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41710	50
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41710	40
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41710	40
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41710	36

302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41710	30
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41710	20
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41710	20
4008	SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41710	20
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41710	16
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41710	10
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41710	6
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41710	1
TOTAL POR ITEM			**5086**

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)

À

Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEEC/DF

Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Ala Leste, Sala 506, CEP.: 70.075-900-Brasília-DF.

Apresentamos proposta de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico n.º ____/202__, dos quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Declaramos que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e seus respectivos Anexos.

Nossa cotação para entrega dos materiais e/ou equipamentos são conforme abaixo:

GRUPO (X)					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1					
2					
3					
...					

Declaramos que, nos preços estão inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

Declaramos que esta proposta tem validade de **90 (noventa) dias**;

O prazo de entrega, montagem e/ou instalação, será de até **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da notificação da empresa, por meio do recebimento da nota de empenho ou pedido de fornecimento;

Declaramos conter garantia conforme estabelecido no item 6.3 do Anexo I do edital (Termo de Referência);

Declaramos a entrega do(s) equipamento(s) e/ou peças comprovadamente novo(s) e sem uso, uma vez que não serão aceitos materiais/equipamento(s) ou peça(s) recondicionado(s);

Declaramos sustentabilidade ambiental, conforme modelo constante do Anexo VIII do edital;

Declaramos que não incorremos nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019, conforme modelo constante do Anexo VI do edital;

Declaramos que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenhamos celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima administrativa para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo utiliza o modelo do Anexo VII do edital; (CASO SEJA ME/EPP)

Declaramos termos ciência e responsabilidade, conforme modelo constante do Anexo IX do edital.

Local, _____ de _____ de _____.

_____

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

(A proposta deverá conter: Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, e-mail, números do CNPJ, banco, agência e conta bancária)

ANEXO III

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

ORIENTAÇÕES PARA USO DO MODELO – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. *O presente modelo de Contrato procura fornecer um ponto de partida para a definição do objeto e condições da contratação.* ***As cláusulas contidas nos modelos de minuta contratual foram feitas para*** sofrerem poucas alterações. No entanto, havendo a necessidade de modificações, remanesce plenamente possível assim proceder.
2. *A redação em preto consiste no que se espera ser invariável. Ela até pode sofrer modificações a depender do caso concreto, mas a diferença é que não são disposições feitas para variar. Por essa razão,* ***quaisquer modifica*** *jurídico respectivo, a depender da matéria.*

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo n°.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM
ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO (A) .....
E .....

O Distrito Federal / Autarquia ..... / Fundação..... , (utilizar a menção ao Distrito Federal somente se for órgão da Administração Direta, caso contrário incluir o nome da autarquia ou fundação conforme o caso) por intermédio do(a) ..... (*órgão contratante*), com sede no(a) ....., na cidade de Brasília/DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a)..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no *DOU* de ..... de ..... de..... , portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na .....*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* ..... (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos,* tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. .../.* , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO** (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, de acordo com o art. 210, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, e o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021. (Redação sugerida pela SCG)

1.5. Após a convocação pela Administração, o licitante vencedor deverá assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 dias úteis, nos termos do art. 90 Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei. (Redação sugerida pela SCG)

1.5.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

1.6. O instrumento de contrato poderá ser substituído pela nota de empenho de despesa, ou outro instrumento hábil, quando se tratar de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, conforme prevê o art. 95, inciso II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021. (Redação sugerida pela SCG)

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

OU

2.2. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar

OU

2.6. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo -** máximo de um ano**]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei n° 14.133/2021.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS** (ART. 92, IV, VII E XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de .....% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.2.1.1. ...

4.2.1.2. ...

4.2.2. *Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:*

4.2.2.1. ....

4.2.2.2. ....

4.2.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO** (ART. 92, V)

5.1. O valor mensal da contratação é de R$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R$ ..... (....).

OU

5.2. O valor total da contratação é de R$..... (.....)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO** (ART. 92, V E VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE** (ART. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ *(DD/MM/AAAA)*.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice *Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA***, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE** (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9. A Administração terá o prazo de *XXXXXXX*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO** (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.19. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.20. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.22. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.23. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.24. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.26. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.27. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.28. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.29. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.30. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.31. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

10.2. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

OU

10.3. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

10.3.1. BEM 1..... Valor

10.3.2. BEM 2 .....Valor

...

10.3.3. TOTAL ..... Valor total

OU

10.4. O contratado apresentará, no prazo máximo de XXXX dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato[A1] .

OU

10.5. O contratado apresentará, no prazo máximo de XXXX dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

10.5.1. BEM 1..... Valor

10.5.2. BEM 2 .....Valor

...

10.5.3. TOTAL ..... Valor total

10.6. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por XXXXXX dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.7. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.8. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.5 deste contrato.

10.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.6, observada a legislação que rege a matéria.

10.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de ..... (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.17.1. o emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.17.2. caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

10.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.20.1. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

10.20.2. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.20.3. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;

2. Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de .....% (.... por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA]

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *XX (XXXX)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.2. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.3. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

OU

12.3. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.4.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

12.5. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

OU

12.6. 1.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A1] contraentes.

12.7. 1.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.8. 1.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.9. 1.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.10. 1.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.11. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.11.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.11.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.11.3. Das indenizações e multas.

12.12. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.13. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.13.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.13.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.14. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da _____ deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS** (ART. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Sistema e-contratos DF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO** (ART. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, que: **(conforme o caso)**

I - incentive a violência;

II - seja discriminatório contra a mulher, assim entendidos quaisquer conteúdos que diminuam, mesmo que de forma indireta, metafórica ou por analogias, a capacidade laborativa, intelectual ou qualquer outra esfera de vida da mulher;

III - incentive a violência contra a mulher, seja por apologia a quaisquer tipos de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou ainda violência sexuais, institucionais, ou qualquer violência fundada na condição de mulher;

IV - exponha a mulher a constrangimento ou incentive ou explore o corpo da mulher de forma objetificada;

V - seja homofóbico, racista e sexista;

VI - incentive a violência contra as mulheres de povos e comunidades tradicionais, negras, indígenas, ciganas, quilombos, transexuais, travestis e transgênero; por orientação sexual e de gênero e por crença;

VII - represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade.

18.2. Fica proibido o uso de mão de obra infantil, sob pena de rescisão do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme disposto na Lei nº 5.061/2013.

18.3. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060. (Decreto Distrital n.º 34.031/2012).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO IV

MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA

Atestamos para fins de comprovação em processo licitatório, referente ao Edital de **Pregão Eletrônico n.º 00/202_- COLIC/SCG/SECONT/SEEC**, que o Sr(a), _____, portador do documento de Identificação Civil n.º_____, representante da empresa de Razão Social _____, CNPJ n.º _____ vistoriou nesta data as instalações físicas da _____ visando obter subsídios para a proposta técnica e econômica da licitação em questão, e atesta que foram esclarecidas todas as dúvidas sobre a prestação dos serviços objeto desta licitação.

Endereço do Local da Vistoria: _____

1. Responsável pelo Termo de Vistoria

Nome: _____

Matrícula: _____

Assinatura: _____

2. Representante da Proponente

Assinatura: _____

Brasília, _____ de _____ de 201_.

OU,

MODELO DE ATESTADO DE ABSTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA

Atestamos para fins de comprovação em processo licitatório, referente ao Edital de **Pregão Eletrônico n.º 00/202_- COLIC/SCG/SECONT/SEEC**, que abstivemo-nos de realizarmos vistoria e, assumimos completa responsabilidade pelos imprevistos e problemas decorrentes do desconhecimento da realidade da SEEC/DF, em razão de sua não realização.

Representante da Proponente

Assinatura: _____

Brasília, _____ de _____ de 20__.

ANEXO V

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº: ____/20

PROCESSO nº:_____.

PREGÃO nº: _____/20__

VALIDADE:_____(_____) meses, a partir da publicação no DODF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.

Aos _____dias do mês de_____do ano de_____, na Secretaria/Órgão_____, localizada no_____,_____, o *Secretário/Presidente* de _____, _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica nº /2023, Processo SEI nº , **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... *[do edital de Licitação nº ...../20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº]*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição ou contratação em Unidades de acordo com suas necessidades.

1.3. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, de acordo com o art. 210, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, e o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021. (Redação sugerida pela SCG)

1.4. Após a convocação pela Administração, o licitante vencedor deverá assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 dias úteis, nos termos do art. 90 Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei. (Redação sugerida pela SCG)

1.4.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

1.5. O instrumento de contrato poderá ser substituído pela nota de empenho de despesa, ou outro instrumento hábil, quando se tratar de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, conforme prevê o art. 95, inciso II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021. (Redação sugerida pela SCG)

2. **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	QuantidadeMáxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão).... a quem compete a prática de todos os atos de controle e administração deste registro de preços, de acordo com as disposições con/das no Art. 192 do Decreto-DF 44.330/2023.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

3.3. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	*Órgãos Participantes*	*Unidade*	*Quantidade*

4. **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** *(ITEM OBRIGATÓRIO)*

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

OU

4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, [poderá] OU [não poderá] ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administravas.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

6.4.1. a possibilidade da revisão dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

6.4.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

6.4.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.5. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.6. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei.

6.7. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.8. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.9. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.10. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço atualizado.

6.11. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços estimados para a contratação atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6.12. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

6.12.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

6.12.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 192, inc. XII, do Decreto nº 44.330, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 194, inc. IX, do Decreto nº 44.330, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de Nota de Empenho, conforme condições estabelecidas em edital.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do *EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA*.

12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

12.4. E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

PREGÃO Nº /20__ ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº				
1º LUGAR				
EMPRESA				
CGC/CNPJ	**INSC ESTADUAL**	**BANCO**	**AGÊNCIA**	**CONTA- CORRENTE**
TELEFONE	**ENDEREÇO**			

SÓCIO-DIRETOR	**RG**	**CPF**
PROCURADOR	**RG**	**CPF**
1º LUGAR		

ITEM	**QTD ESTIMADA ANUAL**	**CÓDIGO SES**	**UN**	**QTD POR EMBALAGEM**	**ESPECIFICAÇÃO**	**VALOR UNITARIO**

ANEXO

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor *[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]*							
X	Especificação	Marca *(se exigida no edital)*	Modelo *(se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor *[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]*							
X	Especificação	Marca *(se exigida no edital)*	Modelo *(se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

---

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, _____ de _____ de _____.

_____

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE ME EPP

A (LICITANTE) declara, para todos os efeitos legais, que, no ano-calendário de realização deste pregão PE __/20__, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima administrativa para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Local, _____ de _____ de _____.

_____

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Eu _____, CPF n.º _____ como representante devidamente constituído da empresa _____, CNPJ n.º _____, doravante denominado Licitante, para fins do disposto no PE nº __/202_ – COLIC/SCG/SECONT/SEEC, em atendimento a Lei Distrital n° 4.770/2012, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proponente está ciente de sua responsabilidade ambiental e se compromete em adotar práticas ecologicamente corretas realizando as seguintes ações:

i) Descartar o material utilizado (lâmpadas, cartuchos, recipientes de tintas, caixas de papelão), fazendo a separação dos resíduos recicláveis, tendo o cuidado necessário com acondicionamento dos materiais tóxicos: lâmpadas à base de vapor de mercúrio, sódio ou similar; cartuchos e recipientes de tintas e outros, de modo a evitar a evaporação de produtos tóxicos no meio ambiente.

ii) Destinações dos materiais recicláveis às cooperativas e associações dos catadores incentivando a prática da reciclagem e a proteção do meio ambiente.

iii) Utilizar papéis originários de áreas de reflorestamento para reprodução de documentos; sendo que para os fins a que se destina esta licitação, somente será utilizado papel reciclado na forma do exigido no Edital de Licitação.

b) A empresa reconhece sua responsabilidade com o meio ambiente, adotando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os impactos resultantes desta atividade, mantendo-se disponível à fiscalização pelos Órgãos responsáveis, e que já iniciou (ou está em fase de implantação) as seguintes medidas: _____ (DEVERÁ INFORMAR QUAIS AS MEDIDAS JÁ IMPLANTADAS) tendo como meta em um prazo de _____ atingir o nível mínimo para reconhecimento pelos Organismos Ambientais de Empresa Sustentável.

c) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la, conforme exigido no PE nº ___/202__ – COLIC/SCG/SECONT/SEEC.

Local, _____ de _____ de _____.

_____

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____ _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023.

Compromete-se, ainda, quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: ...

Local, _____ de _____ de _____.

_____

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

Coordenação de Licitações COLIC/SCG/SECONT/SEEC
Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Ala Leste, Sala 504, CEP.: 70.075-900-Brasília-DF.

Documento assinado eletronicamente por **ESTER WANDERLEY DE SOUSA - Matr.0283673-4**, **Coordenador(a) de Licitações substituto(a)**, em 03/08/2026, às 14:56, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **BRUNA DE SOUSA DA SILVA - Matr.0283677-7**, **Pregoeiro(a)**, em 03/08/2026, às 14:57, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: https://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 Código Verificador: **205550258** Código CRC: **1E4C325F**.